



Correio da Manhã: 125 anos de história, notícias, registros e fatos históricos

PÁGINA 24

EXCLUSIVO

Atual governo de São Paulo erra na segurança pública, diz Haddad

De passagem por Campinas para assistir ao jogo do Brasil na casa de amigos, o pré-candidato ao governo de SP, Fernando Haddad, deu entrevista exclusiva ao **Correio da Manhã**. Ele criticou a postura ideológica da atual gestão na segurança, que, segundo ele, sabota o avanço de ações integradas. Para Haddad, o setor exige cooperação e política de Estado, e não de governo. O pré-candidato acusou a gestão paulista de enviar Derrite a Brasília para travar a tramitação da lei antifacção e da PEC da Segurança Pública, medidas que defende para sufocar o crime.



Fernando Frazão/Agência Brasil

O ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao governo de SP, Fernando Haddad

PÁGINA 22

Pedágio Free flow na Imigrantes

PÁGINA 16



Wilson Dias/Agência Brasil

Para Prefeitura, suspensão pode atrapalhar investimento

Ricardo Nunes tem recurso negado

TJ-SP manteve suspenso o projeto da "Times Square paulistana"

PÁGINA 12

Concessões em SP com obras atrasadas, diz TCE

Estudo do TCE-SP revela 913 obras classificadas como atrasadas ou paralisadas nas rodovias. Levantamento tem informações da Agência de Transporte do Estado de São Paulo

PÁGINA 16

Seis pessoas são detidas após morte em Limeira

Jovem de 21 anos morreu durante salto de rope jump na Ponte do Esqueleto, no último sábado (13). Três dos detidos responderão em liberdade e os outros três estão presos.

PÁGINA 17

TALES FARIA

A CPI do Master não interessa a políticos

PÁGINA 4

MOLICA

O mercado comum dos jogadores

PÁGINA 4

STF discute reforma do Judiciário

A criação de um grupo para discutir a modernização do sistema pelo presidente do STF, Fachin, ocorre em um momento delicado para o poder.

PÁGINA 6

Acordo de paz entre EUA e Irã

Os governos dos Estados Unidos e do Irã anunciaram um acordo para encerrar o conflito que já durava quase 4 meses.

PÁGINA 21

CPI dos Devedores da Câmara cobra BB

A CPI dos Devedores da Câmara Municipal de São Paulo ouviu representantes do Banco do Brasil para esclarecer questionamentos sobre débitos tributários atribuídos à instituição junto ao município.

PÁGINA 13

Poá participou de reunião da ONU

PÁGINA 14



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Corte italiana diz que Moraes suprimiu trecho de relatório sobre acusador de Zambelli

Valter Campanato/Agência Brasil

A Corte Suprema de Cassação da Itália registrou em decisão que o ministro Alexandre de Moraes (STF) teria “suprimido” um relatório da polícia brasileira que apontava inexistência de contatos entre a ex-deputada Carla Zambelli e um dos principais acusadores do caso, o hacker Walter Delgatti Neto, descrito no documento como alguém com “traços de mitomania”. A referência consta no acórdão que anulou o pedido de extradição apresentado pelo Brasil contra a ex-parlamentar.

O documento foi assinado em 22 de maio deste ano. Na decisão, os magistrados italianos reproduzem argumentos apresentados pela defesa de Zambelli e afirmam que o relatório teria sido produzido no âmbito de investigações ligadas a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Brasil.

Segundo o relato registrado pela Corte, o material apontaria ausência de vínculos entre Zambelli e o acusador identificado pelas iniciais “W.D.N.”. As iniciais coincidem com as de Wal-



Magistrados italianos concluíram que havia indícios de comprometimento

ter Delgatti Neto, hacker que afirmou à CPI dos Atos Golpistas que a então deputada teria ordenado a invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para demonstrar supostas vulnerabilidades do Judiciário.

O texto também menciona que o documento atribuía ao denunciante “propensão à calúnia e à manipulação de informações”.

“Tal relatório [...] destacava a propensão de W.D.N. à calúnia e à manipulação

de informações, bem como a inexistência de relações, inclusive em nível informático, com a recorrente”, diz trecho do acórdão.

A expressão “traços de mitomania” é utilizada para descrever comportamento associado à mentira compulsiva ou patológica. Pessoas classificadas dessa forma costumam apresentar tendência recorrente à distorção de fatos e à criação de narrativas falsas ou fantasiosas.

O acórdão não revela a identidade completa da pessoa mencionada nem detalha qual teria sido exatamente seu papel no processo brasileiro. A Corte italiana também não afirma se as alegações apresentadas pela defesa foram comprovadas, apenas registra os argumentos como parte da fundamentação que levou o tribunal a rejeitar a extradição.

Na decisão, os magistrados italianos concluíram que havia indícios de comprometimento da imparcialidade objetiva do processo conduzido no Brasil. O tribunal apontou que Moraes atuou em diferentes fases do caso, incluindo decisões cautelares, julgamento e atos relacionados ao pedido de extradição. Segundo o órgão, isso poderia comprometer garantias fundamentais do direito de defesa.

Ao final, a Corte anulou a autorização de extradição e determinou a liberação imediata de Zambelli, caso ela não estivesse presa por outro motivo.

Rosana Valle*

Sem eufemismo: PCC e CV serão enfim chamados pelo que de fato são

A decisão dos Estados Unidos de classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas provocou reações previsíveis. Houve quem comemorasse, quem criticasse e quem tentasse reduzir a medida à polarização política. Mas o debate, caro leitor, não é tão simples assim!

Durante mais de duas décadas de atuação como jornalista, acompanhei de perto a expansão do crime organizado no estado de São Paulo. Cobri operações policiais em comunidades dominadas pelo tráfico, rebeliões em presídios, apreensões de grandes carregamentos de drogas e a árdua rotina de profissionais da Segurança Pública no enfrentamento de uma das estruturas criminosas mais poderosas do continente.

Em 2009, grávida do meu segundo filho, fui acordada em meio à madrugada para cobrir mais um episódio da ofensiva do PCC contra as Forças de Segurança na Baixada Santista. Enquanto policiais eram executados e Delegacias, atacadas, agentes públicos viravam alvos de uma organização que buscava e ainda busca demonstrar força e desafiar o Estado.

O objetivo de tais ofensivas nunca foi apenas financeiro. O lucro alimenta a estrutura, é claro, mas o instrumento de poder é a imposição pelo medo, que subjuga e silencia comunidades, restringe a circulação de pessoas, dificulta denúncias e cria regras paralelas de convivência. É o temor às facções que permite a ocupação de territórios e enfraquece a presença do poder público.

Esta lógica, com o tempo, só ganhou mais força, espaço e ramificações. Em 2024, durante a campanha municipal, uma carta atribuída ao PCC foi divulgada com ataques à minha candidatura à prefeita de Santos-SP. O lamentável fato expôs a crescente capacidade das organizações criminosas de interferirem no debate público, de produzirem intimidação e de buscarem influência para além dos territórios dominados pelo crime.

Nos últimos anos, estas facções ampliaram a capacidade financeira, diversificaram atividades ilícitas e fortaleceram conexões internacionais. Segundo autoridades norte-americanas, PCC, que surgiu em São Paulo, e CV, originado no Rio de Janeiro, deixaram de ser organizações restritas ao território brasileiro e passaram a

atuar em redes criminosas transnacionais com insofismável alcance internacional.

Hoje, estas organizações movimentam recursos em escala global, infiltram-se em cadeias logísticas complexas e desafiam instituições, inclusive as da seara da Justiça. Ignorar esta transformação, ampliação meteórica e poder de infiltração, portanto, é erro estratégico.

A classificação definida pelos Estados Unidos, em vigor, oficialmente, a partir de 6/6, não resolverá, sozinha, os problemas da Segurança Pública brasileira, mas terá capacidade de ampliar a cooperação internacional, de fortalecer instrumentos de rastreamento financeiro e de aumentar a pressão sobre redes que dependem da circulação global de recursos.

Como deputada federal em segundo mandato, em Brasília-DF, nos últimos anos, destinei um sem-número de aportes às Forças de Segurança da Baixada Santista e de outras cidades do estado de São Paulo, para a aquisição de embarcações blindadas, de drones, de viaturas, de equipamentos e de Tecnologias de Inteligência Policial.

Segurança Pública, por conseguinte,

não é pauta abstrata para mim. É causa cristalizada a partir de experiências que vivi nas ruas, ouvindo vítimas e observando a violência e os impactos que facções produzem sobre famílias inteiras.

Muito além dos debates diplomáticos sobre soberania nacional e cooperação internacional, e no quanto tal medida por parte dos Estados Unidos pode impactar o sistema financeiro brasileiro, é necessário admitir que as ações até agora instituídas pelo País no enfrentamento do crime organizado não foram e nem são suficientes.

É preciso, de alguma maneira, dar um basta em quem espalha o terror pelas comunidades dominadas pelo tráfico de drogas e de armas, e empodera milícias. E, para tanto, pouco importa o idioma e a coloração partidária. O que está em jogo é o combate intrépido ao crime organizado e a instituição de paz.

***Rosana Valle é deputada federal pelo PL-SP, em segundo mandato; presidente da Executiva Estadual do PL Mulher de São Paulo; jornalista há mais de 25 anos; e autora dos livros “Rota do Sol 1” e “Rota do Sol 2”**



MAGNAVITA
claudio.magnavita@gmail.com
@colunamagnavita

Fotos Divulgação



Dirigentes reunidos no Coptrel, em Florianópolis (SC), ao lado do presidente do TSE, ministro Kássio Nunes Marques



O encontro ocorreu desde quarta (10) até a última sexta-feira (12), no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC)



O evento reuniu o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kássio Nunes Marques, e dirigentes da Justiça Eleitoral de todo o país

O presidente do TRE-RJ, desembargador Claudio Mello Tavares

Encontro do Colégio de Presidentes dos TRES

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), desembargador Claudio Mello Tavares, participou, na última semana, do 91º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel). Sediado em Florianópolis (SC), o evento reuniu o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kássio Nunes Marques, e dirigentes da Justiça Eleitoral de todo o país.

O encontro ocorreu desde quarta (10) até a sexta-feira (12), no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC). Os magistrados discutiram temas estratégicos e preparativos para as eleições deste ano.

A programação incluiu reuniões setoriais dos juízes auxiliares, dos diretores-gerais e assessores de comunicação. Também participou do evento o juiz Fábio Porto, auxiliar da Presidência do TRE-RJ.

A Carta de Florianópolis, documento que reúne os principais encaminhamentos e deliberações aprovados, vai servir de base para que sejam encaminhadas sugestões e propostas voltadas a fortalecer a Justiça Eleitoral e a aprimorar a organização das eleições.

Um chamamento à reflexão e oração

Um dos casais mais queridos do judiciário, Cris Frota e o desembargador Elton Leme, foi alvo de manifestações de solidariedade e carinho dos amigos neste domingo (14) de luto.

Não há dor maior do que a perda de um filho. A inversão da ordem natural, na qual pais enterram um filho amado. Não há nada que justifique esta inversão.

O inexplicável choque dos dois helicópteros no Recreio dos Bandeirantes ceifou seis vidas, entre elas a de um jovem carioca, de apenas 27 anos, filho da advogada Cristiane, Lucas Brito Chaves Frota, um talentoso rapaz, com reconhecimento internacional na arte da música e que um dia antes estava com a família assistindo o primeiro jogo do Brasil na Copa. Junto com Lucas, faleceram amigos do mundo artístico, um músico norte-americano e um influenciador argentino. Amizades que espelham a universalidade dos seus laços.

São nestes momentos que o destino nos lembra que a vida é um flash. Que ela pode se findar em um instante e a necessidade de valorizar os momentos de convivência com quem gostamos.

O jovem Lucas, em um momento especial, tocou aos pés do Cristo Redentor. Um episódio de significado especial, no qual o rapaz aponta, em uma das fotos, a figura do Senhor. Um verdadeiro momento de adoração e de espiritualidade. São sinais que hoje ganham sentido. O Cristo de braços abertos deve ter recebido este jovem talentoso para agradecer a sua demonstração de devoção.

São momentos como este que pulverizam o orgulho e a vaidade. Poder, glória e dinheiro não significam nada. O que vale na vida é a vida bem vivida e os laços de carinho e admiração que se formam.

Elton e, especialmente, a Cris, merecem todo o aconchego e carinho dos amigos. Laços de amor que ajudarão a amenizar uma ferida que dificilmente cicatriza. Como nas fotos do Cristo, o céu agora estará mais animado e Lucas vai irradiar a sua animação agora em um plano de universalidade ainda maior. Hora de muita reflexão e oração.

Personalidades políticas e empresariais prestigiam o lançamento do livro Evidências Urbanas, de Vicente Loureiro

Mais de 200 pessoas, entre políticos, arquitetos, urbanistas e empresários, comparecem, na última segunda-feira, 8 de junho, à Livraria da Travessa de Botafogo, no Rio de Janeiro, para prestigiar o lançamento do livro *Evidências Urbanas*, do arquiteto e urbanista e colunista do Correio da Manhã, Vicente Loureiro.

Na ocasião, mais de 180 livros foram vendidos e as dependências da livraria ficaram lotadas durante as três horas de duração do evento.

A obra percorre temas que atravessam o cotidiano das cidades, como mobilidade, tecnologia, sustentabilidade, violência, desigualdade e novas formas de ocupação do espaço. Parte dos textos são os artigos de Vicente publicados no Correio da Manhã.



Ex-presidente da Alerj, André Ceciliano adquiriu seu exemplar



Presidente da Agetransp, Adolpho Konder compareceu ao evento do conselho da entidade



O autor e colunista do Correio da Manhã, Vicente Loureiro



Prefeito de Nova Iguaçu, Duda Reina prestigiou o grande cidadão iguaçuano



Ex-presidente do BNDES, Márcio Fortes também marcou presença na sessão de autógrafos

Fotos CM

Tales Faria

A CPI do Master neste momento não interessa aos políticos

A revista Veja deste final de semana noticiou que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), é citado em delação do dono do banco Master, Daniel Vorcaro. O ex-banqueiro teria contado à Polícia Federal que fez um pagamento a Alcolumbre de US\$ 30 milhões, equivalentes a R\$ 155 milhões. Vorcaro, segundo a revista, teria falado também do PT da Bahia, especialmente do ex-governador Rui Costa, que até recentemente era o poderoso chefe da Casa Civil.

Noutros tempos, uma fala dessas seria motivo de sobra para a instauração imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Daquelas bem ruidosas. Mas agora não é bem assim. Estamos às vésperas de eleições gerais, com quase todos os partidos envolvidos com Daniel Vorcaro. Uns mais, outros menos, mas quase todos, envolvidos.

Além disso, na Câmara, já foi protocolado pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), no dia 2 de fevereiro, um pedido de CPI sobre o assunto com as assinaturas suficientes para a sua instalação. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), avisou que seguirá estritamente o Regimento.

Seguindo o Regimento da Câmara, teriam, antes, que ser instaladas as 15 CPIs sobre outros temas cujos pedidos já foram protocolados. Só uma canetada do presidente da Casa furaria a fila. E Motta deixou claro que não está disposto a isso.

No Senado, bem, no Senado a instauração da CPI depende do despacho de Davi Alcolumbre. Exato: daquele que supostamente está sendo delatado por Vorcaro e, portanto, não teria o mínimo interesse.

A maior parte dos parlamentares procurados

pela coluna ou preferiram não se pronunciar, ou falaram em caráter reservado. Mas o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), falou. Assim como o ex-líder do PT, senador Humberto Costa (PE).

Deu para notar que a não instalação da CPI é um dos poucos assuntos em que governo e oposição concordaram nesta legislatura. A coluna perguntou se desta vez a CPI sai, diante da delação noticiada pela Veja.

Carlos Portinho disse: “Não acredito e não teria quórum nesse momento eleitoral. Se festas juninas esvaziarão o congresso na próxima semana, imagina as eleições e o recesso [parlamentar de meio de ano]. Isso é uma constatação natural de quem vive no Congresso há anos e sabe como é a rotina. Até porque a investigação com André Mendonça [ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)] e a PF avança.”

Humberto Costa argumentou: “Acho difícil que ocorra por conta desse negócio da Veja, apesar de ser muito grave. Porque envolve Supremo, envolve um bocado de gente, muitos parlamentares. Então não sei se acontece essa CPI. Além do mais, ainda estamos muito em cima da eleição. Fazer uma CPI no período da eleição é uma coisa meio difícil. Eu acho difícil.”

Vale lembrar o que disse o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, quando o Intercept Brasil revelou que pediu dinheiro a Vorcaro para o filme Dark Horse, sobre seu pai. Ele subiu à tribuna do Congresso acompanhado de um punhado de deputados e afirmou: “Mais que nunca é necessária a instalação da CPI do Master.”

Pois é. Vai ficar por isso mesmo.

Fernando Molica

O mercado comum dos jogadores

Alguns jogadores da seleção brasileira são como aqueles agregados — genros, cunhados — que surgem, aparentemente do nada, em uma festa de família.

É como descobrir que o grandalhão grudado no cooler de cerveja é casado com uma tia e especialista em musgos de tundras alpinas; que o baixinho míope mexicano plantado diante do bar de caipirinhas namora sua sobrinha e é doutor em língua cuitlateca.

Aquele louro troncado, que fica o tempo todo de chapéu e não sai de perto da churrasqueira, é filho caçula de um tio, saiu de casa ainda adolescente, mexe com uns negócios misteriosos numa área de fronteira que vai do sul do Paraguai ao norte da Bolívia — é melhor não puxar assunto com ele sobre assuntos como Polícia Federal, Faria Lima e Banco Master.

Mas todos são da família, assim como o Ibañez e o Igor Thiago, primos a quem fui apresentado nos últimos dias. Nada contra a chegada de novos parentes ou à convocação de jogadores que pouco atuaram no Brasil, que foram muito jovens para o estrangeiro.

Alguns deles, que jogam em clubes ingleses ou espanhóis, continuam a fazer parte da rotina de muitos brasileiros que os veem pela TV. Outros são mais conhecidos pelas caras expostas no álbum de figurinhas da Copa, fazem carreira em países fora do circuito Elizabeth Arden do futebol, como Rússia e Arábia Saudita. Eles, claro, têm todo o direito de exercerem sua profissão.

A globalização e os lucros gerados pelo futebol

geraram meia dúzia de grandes e quase imbatíveis clubes e modificam o conceito de seleções nacionais. Estas, aos poucos, vão deixando de expressar características do futebol de seus respectivos países.

Camisas que antes representavam um conjunto de manifestações culturais — o drible brasileiro, o toque de bola argentino, o chuveirinho inglês, a retranca italiana, a organização alemã, a alegria camaronesa — vão sendo transformando em embalagens de produtos que usam a mesma fórmula.

Nesta Copa, 25 dos 26 jogadores de Curaçao nasceram nos Países Baixos; 19 dos marroquinos também viram a luz pela primeira vez longe do país que representam.

Não será surpresa caso, em um futuro próximo, camisas de seleções deixem, de vez, de traduzir um jeito de jogar bola em partes delimitadas do planeta. Nascidos como resultado da união de vizinhos ou de categorias profissionais, muitos clubes, hoje, não passam de marcas internacionais.

A criação de um mercado comum de jogadores faz com que estes sejam, desde a base, treinados para atender expectativas do negócio. Daí, tanto faz que tenham nascido ou crescido aqui ou lá longe; de um jeito ou de outro, acabarão incorporados à família que, assim, torna-se mais diversa e ampla.

A história mostra o risco representado pela exacerbação do nacionalismo, mas talvez ainda demore um pouco para nos acostumarmos que o determinismo geográfico e cultural que definia a formação de seleções passe a dar lugar a uma lógica apenas mercadológica. Enfim, bola pra frente.

EDITORIAL

Correio da Manhã: há 125 anos o jornal do Distrito Federal

Neste 15 de junho, o Correio da Manhã completa 125 anos colecionando várias histórias. Daremos início às comemorações durante o restante do ano, com a realização de uma série de eventos e atividades culturais que resgatarão o papel histórico do jornal. O primeiro deles é o lançamento da biografia e a exposição sobre a vida de Niomar Moniz Sodré de Bittencourt, a grande Dama da imprensa.

E em época de Copa do Mundo, não se pode negar sua mística com a Seleção Brasileira. Foi o jornal que, em 1953, promoveu um concurso para acabar com a camisa branca e dar ao Brasil o apelido de “Canarinho”, com a estreia, em 1954, da camisa amarela. Daí em diante, foi só alegria para o país do futebol, com cinco títulos de Copa do Mundo, várias Copas Américas e outras taças pelo mundo.

Além dessa há outras que podem ser lembradas pelo jornal ao longo dos séculos XX e XXI, como o noticiário de duas pandemias: a Gripe Espanhola em 1918 e a Covid-19 em 2020. A coroação e a morte da rainha Elizabeth II. A cobertura das copas de 1958, 1962, 1966 e 1970 e fez o adeus ao rei Pelé. A nomeação de 11 papas e a morte de dez. Os acontecimentos na Primeira e na Segunda Guerra Mundiais. A ida do homem à Lua e as disputas espaciais entre Estados Unidos e União Soviética. As ditaduras de Vargas e dos Militares, entre outros fatos da história nacional e mundial.

O Correio da Manhã também tem o seu lado político. Defendeu muitos candidatos à presidência do Brasil em detrimento de outros. O caso mais emblemático de sua história tem Artur Bernardes como personagem, com as cartas contra os militares, que, na época, não comprovaram se falsificaram ou não a assinatura do mineiro, que fora eleito presidente em 1922. Por vingança ou não, Bernardes proibiu a circulação do jornal por quase um ano, sob a justificativa de que estaria imprimindo o folheto clandestino “Os Cinco”.

Outro que deve ser lembrado foi na campanha para a deposição de João Goulart, de 1964, seguindo a linha de outros veículos no país. Porém, rapidamente mudou de posição e passou a criticar as medidas da ditadura militar.

Portanto, o Correio da Manhã é mais do que um jornal centenário e que atravessa gerações. É um veículo que possui e tem o primor de ser uma das grandes marcas da imprensa nacional. Por isso, celebrar esses 125 anos de trajetória é mais do que um marco, é a afirmação de que o noticiário nacional precisava ter de volta um jornal que dá os fatos de forma objetiva, com precisão e sem opinião.

Assim, comemorar esses anos de estrada é uma forma de dizer ao brasileiro que o primeiro jornal do Distrito Federal não perdeu o seu brio de antes e está com a mesma força de 1901, quando Edmundo Bittencourt fundou um veículo para ser diferente dos outros.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo - SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas - SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO POLÍTICO

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Valdemar: escanteado ou deslocado para onde prefere?

Master: ruim para Flávio, talvez nem tanto para o PL

Ao ler a coluna na edição do fim de semana, o cientista político Isaac Jordão fez uma observação que levanta um ponto interessante sobre a situação do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, na condução da campanha à Presidência do senador Flávio Bolsonaro (RJ). Se é verdade que Valdemar está escanteado do processo, cuidando apenas da eleição dos deputados federais, por outro lado essa pode ser também uma boa opção para ele. Eleger uma bancada com mais de cem deputados federais é o plano de Valdemar, para que o PL continue a ter a fatia mais gorda do fundo partidário. E, aí, pode haver um paradoxo na situação. O que é muito ruim para Flávio pode não ser assim tão ruim para o PL.

Crise atinge quem concorre com o PL

É claro que bem melhor seria para Valdemar eleger o presidente da República e a maior bancada de deputados. Mas Jordão avalia que pode acabar se produzindo aí uma situação de "vão-se os anéis, ficam os dedos". Valdemar tem uma incrível capacidade para se meter em rolos. Foi condenado e preso no Mensalão do PT e escapou por pouco no julgamento do golpe. Mas no caso Master não há notícia de envolvimento dele.

Reprodução



Vorcaro e Ciro: relação desgastou presidente do PP

União Brasil e PP bem envolvidos

Ao contrário, o caso Master fustiga os presidentes do União Brasil e do PP, Antônio Rueda e Ciro Nogueira. Os dois partidos, unidos em federação, disputam um mesmo campo de eleitores conservadores do PL. O caso já atingiu em cheio Ciro Nogueira, com a história de dinheiro e viagens (como uma para os Alpes Suíços). Ciro já foi alvo de operação policial. E há informações de que pode avançar sobre Rueda. Tal situação, imagina Jordão, pode desestabilizar os dois partidos nas suas conduções de estratégias eleitorais.

No fundo, preserva-se do desgaste

Desconfia o cientista político que, separando a condução das campanhas proporcionais da campanha presidencial, o PL acaba preservando o partido como um todo de ter de atuar para amenizar a crise do Master. Fica a gestão dessa crise para a campanha presidencial, sem envolver quem nada tem diretamente com ela, que pode conduzir sua campanha em cada estado e região.

POR
RUDOLFO LAGO

Alianças

O maior prejuízo que Valdemar teria ficando fora das decisões a respeito da campanha presidencial é não estar à frente da definição das alianças regionais. É um problema? Não exatamente para as eleições para deputado federal e estadual. Pela legislação, não há coligação para eleições proporcionais.

Ciro

A semana terminou com especulações de que o PP estaria disposto a ficar neutro e fora da aliança com Flávio por não ter gostado das reações do senador depois que Ciro Nogueira foi alvo de operações da PF envolvendo a crise do Master. E o PL diz também que tratar de alianças não é a prioridade agora.

Convenções

Diante do rolo, parece mais forte a hipótese de que a oficialização ou não de alianças só venha a acontecer mesmo no momento das convenções partidárias no mês que vem. Há a possibilidade de Flávio vir a conversar com Ciro. Mas, neste momento, as chances parecem maiores de não vir a ser fechada uma aliança.

Listas

A formulação das listas partidárias envolve um cálculo sofisticado no qual o comando escolhe tanto os candidatos que têm maior chance de eleição quanto aqueles que vão ter boa votação, mas não suficiente para se elegerem. Engordam os votos para os demais. Hoje se consegue quase cem por cento de acerto sobre quem será eleito.

Coligações

Sem coligações proporcionais, partidos aliados na eleição majoritária que atuam junto ao mesmo segmento de eleitorado acabam sendo concorrentes na eleição proporcional. Os candidatos a deputado de um partido não irão puxar votos para os candidatos a deputado do outro. Eles irão disputar com eles.

Fora

Por isso, Isaac Jordão desconfia que o escanteio de Valdemar talvez não seja assim um desprestígio. Mas o deslocamento para cuidar do que realmente gosta e o interessa. O fundo partidário distribuirá R\$ 4,9 bilhões. O PL é quem recebe mais. Valdemar tem 881 milhões de razões para focar na eleição proporcional.



Lula terá encontro com Emmanuel Macron

Lula no G7 deve mandar recado aos EUA

STF finaliza tese de responsabilização de Big Techs

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai participar como convidado da Cúpula do G7, o fórum que reúne sete das maiores economias do mundo. O evento ocorre de segunda-feira (15) a quarta-feira (17), na cidade de Évian-les-Bains, na França.

Para além da reunião do grupo, a viagem visa marcar um posicionamento do governo brasileiro frente às decisões do governo dos Estados Unidos (EUA) em aplicar novas tarifas de 25% a produtos brasileiros que forem destinados para solo americano.

A expectativa é que Lula mande um recado ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), mas evite confrontos ou ataques diretos ao mandatário, a fim de evitar possíveis crises. O que se espera é que o presidente brasileiro faça um discurso mais amplo, defendendo regras multilaterais para o comércio e criticando medidas que restrinjam a circulação de produtos e investimentos entre países. Além disso, não há confirmações ou previsões de encontros e reuniões entre os chefes de Estado.

Também existe a possibilidade de Lula citar a decisão dos Estados Unidos de classificarem o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas.

Além do Brasil e os Estados

Unidos, o G7 é composto por Canadá, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Japão. A União Europeia (UE) também participa como membro institucional. Apesar de não se encontrar com Trump, a previsão é que Lula se reúna com o presidente da França Emmanuel Macron e com a primeira-ministra japonesa, Sanae Takaichi.

Marco Civil da Internet

Nesta quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) finaliza o julgamento acerca da responsabilização de big techs sobre publicações de terceiros que venham a cometer algum crime ou delito. Na última quarta-feira (10) e quinta-feira (11) o plenário do STF julgou dois recursos extraordinários que questionavam a decisão da Suprema Corte de 2025 em consideração do Artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) como parcialmente inconstitucional – ou seja, que as plataformas digitais poderiam ser responsabilizadas por postagens de terceiros e, se determinado judicialmente, deveriam apagar essas postagens.

Nos julgamentos da última semana, o Supremo chegou a um consenso de determinar que as big techs se adaptem para as novas regras de responsabilização em até 60 dias. Contudo, a tese final do caso será apresentada, e eventualmente julgada e aprovada, nesta quarta-feira.

Na berlinda, STF discute reforma no poder Judiciário

Em meio a questionamentos sobre decisões da Corte, Fachin reabre debate

Rovena Rosa/Agência Brasil

Por Beatriz Matos

A criação de um grupo de estudos para discutir a modernização do sistema de Justiça brasileiro pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, ocorre em um momento particularmente delicado para o Judiciário. A iniciativa foi anunciada em meio a decisão da Corte de Cassação da Itália que barrou a extradição da ex-deputada Carla Zambelli. A decisão italiana apontou dúvidas sobre a imparcialidade do julgamento conduzido no Brasil.

Embora o debate sobre uma reforma do Judiciário esteja longe de ser novidade, a discussão ganha novo fôlego em meio ao aumento das tensões entre os poderes, ao desgaste provocado por casos envolvendo ministros da Corte, às críticas recorrentes da oposição e à crescente pressão por maior transparência e eficiência no sistema judicial.

Por meio da Portaria nº 123, publicada na última quinta-feira (11), Fachin instituiu o Grupo de Estudos para Modernização do Sistema de Justiça no âmbito do Centro de Estudos Constitucionais do STF (CESTF). O colegiado terá caráter consultivo e ficará responsável por promover debates, organizar estudos e ouvir especialistas, magistrados, representantes da sociedade civil e instituições ligadas ao sistema de Justiça. O relatório final deverá ser apresentado até o encerramento do ano judiciário de 2026.

Segundo a portaria, os trabalhos deverão abordar temas relacionados à governança judicial, eficiência jurisdicional, acesso à Justiça, legitimidade democrática e experiências internacionais que possam contribuir para o aperfeiçoamento do sistema brasileiro. O desembargador federal Ney de Barros Bello Filho será o relator dos trabalhos.

Desgaste

O debate também ocorre em meio a episódios que ampliaram os questionamentos sobre a imagem do Judiciário. As investigações conduzidas pela Polícia Federal passaram a mencionar fatos envolvendo integrantes do Judiciário. Um dos casos mais recentes envolve o Banco Master. A investigação chegou ao Supremo e gerou controvérsia após o ministro Dias Toffoli deixar a relatoria do processo.

Nos últimos anos, o STF ampliou seu protagonismo em temas políticos, eleitorais e institucionais, passando a ocupar posição central em debates que antes eram predominantemente travados no Congresso Nacional. O resultado foi um



Fachin: mudanças para modernizar Judiciário

aumento da exposição pública da Corte e, conseqüentemente, das críticas dirigidas aos seus integrantes.

Convergência

Para a professora de Direito da Estácio Carolina Montolli, a retomada da discussão sobre uma reforma do Judiciário é resultado da convergência de diferentes fatores acumulados nos últimos anos.

“Há uma convergência de vetores. Primeiro, a pressão institucional acumulada. Nos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal ampliou seu protagonismo na judicialização da política, o que naturalmente atrai o escrutínio sobre seus limites e seu desenho institucional”, afirma.

A especialista aponta ainda conflitos entre os poderes, críticas públicas a decisões judiciais, debates sobre supersalários e benefícios e casos de repercussão internacional como elementos que ajudam a explicar a reabertura da discussão. “Decisões estrangeiras, como negativas de extradição que mencionam possível

parcialidade, funcionam também como um gatilho simbólico para o debate doméstico”, observa.

Zambelli

O episódio envolvendo Carla Zambelli tornou-se um dos exemplos mais recentes desse cenário. Ao analisar o pedido de extradição da ex-deputada, condenada no Brasil por invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Corte de Cassação italiana apontou dúvidas sobre a imparcialidade do julgamento.

Em trecho da decisão, os magistrados italianos mencionam o que classificaram como acúmulo de funções atribuídas ao ministro Alexandre de Moraes, apontando possível violação ao princípio da imparcialidade e da neutralidade do juiz.

A reação do STF veio por meio de nota assinada por Fachin. O tribunal afirmou que todo o processo transcorreu em “estrita observância à Constituição da República, ao devido processo legal, ao contradi-

tório, à ampla defesa e aos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro”.

O Supremo também declarou acompanhar com preocupação a decisão italiana e reafirmou a independência da jurisdição brasileira.

Mudanças

Embora o termo “reforma do Judiciário” costume ser associado a alterações profundas na estrutura das cortes, especialistas avaliam que as mudanças mais viáveis no curto prazo são menos ambiciosas.

Entre os temas que aparecem com frequência no debate estão regras de transparência, aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, racionalização de processos, fortalecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), digitalização e modernização da gestão judicial.

Segundo Carolina Montolli, medidas relacionadas à transparência e à eficiência tendem a encontrar menos resistência política. “Alcançam maior viabilidade de avanço a curto e médio prazo a transparência e os dados abertos, ajustes no sistema recursal, medidas administrativas via CNJ e aperfeiçoamentos infraconstitucionais por meio de leis ordinárias”, explica.

Já propostas mais sensíveis, como mandatos para ministros do STF ou mudanças profundas nas competências da Corte, enfrentam obstáculos muito maiores. “São temas que exigem emendas constitucionais e elevado grau de consenso político”, ressalta.

A advogada e pesquisadora Luciana Gaston Schwab avalia que parte da pressão por mudanças decorre justamente da percepção de desgaste institucional acumulada nos últimos anos. “O Judiciário foi colocado no centro do debate político. Isso fez com que crescessem as cobranças por maior transparência,

previsibilidade e mecanismos de controle institucional”, afirma.

Segundo ela, propostas voltadas à limitação de decisões monocráticas, ao fortalecimento de mecanismos de integridade e à melhoria da governança dos tribunais aparecem entre aquelas que possuem maior potencial de avançar no Congresso.

Confiança

Se existe consenso entre especialistas, ele está na necessidade de recuperar a confiança pública sem comprometer a independência judicial.

Para Luciana Schwab, o desafio passa por aumentar a transparência administrativa e aprimorar a comunicação com a sociedade. “Aumentar a confiança no Judiciário exige conciliar transparência administrativa, comunicação simplificada e limites claros de atuação, sem interferir na liberdade de julgar”, afirma.

Entre as medidas apontadas estão a divulgação mais clara de dados administrativos, regras de integridade para prevenção de conflitos de interesse, linguagem mais acessível nas decisões e maior padronização de procedimentos.

Carolina Montolli segue na mesma direção. Para ela, a construção de confiança depende menos de mudanças radicais e mais de ajustes capazes de tornar o funcionamento do sistema mais compreensível para a população. “O ponto de equilíbrio está na accountability procedimental e administrativa sem abrir espaço para o controle político do conteúdo das decisões, o que comprometeria a independência judicial”, afirma.

Por enquanto, o grupo criado por Fachin não tem poder para promover alterações legislativas nem definir mudanças institucionais. Sua missão é produzir diagnósticos, reunir propostas e fomentar o debate.

Lula Marques/Agência Brasil



Zambelli: extradição negada por “parcialidade”

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Thiago Lontra/Alerj



Deputado do PL preside a Assembleia Legislativa

Aliados querem ver pré-candidato Douglas nas ruas

Alguns parlamentares do PL fluminense avaliam que passou da hora de o pré-candidato do partido ao governo estadual, Douglas Ruas, gastar sola de sapato.

Na avaliação do grupo, Ruas precisa admitir que questões políticas, apurações da Polícia Federal e medidas judiciais inviabilizaram o cronograma fechado desde o ano passado — o jeito, agora, é partir para o corpo a corpo. A estratégia previa que Ruas, com a renúncia do governador Cláudio Castro (PL), seria eleito indiretamente para cumprir o mandato do aliado. No comando do governo, controlaria o processo eleitoral, teria como tomar medidas de efeito mediático na área de segurança que tornariam seu nome conhecido dos eleitores.

Impasse judicial

Mas tudo desandou a partir do momento em que o Tribunal de Justiça anulou a primeira eleição de Ruas para a presidência da Assembleia Legislativa e ratificou a permanência interina do desembargador Ricardo Couto no governo do Estado. Depois, o Supremo Tribunal Federal empacou o processo de definição da escolha do governador para o mandato-tampão: uma prorrogação que, na prática, mantém Couto no poder.

Reprodução / Facebook de Eduardo Paes



Ex-prefeito, Paes tem participado de eventos no interior

Ônus sem bônus

Ruas conseguiu ser eleito para presidir a Alerj em 17 de abril, mas, até agora, o STF não deu qualquer sinal de que destravará o processo de escolha de um governador que comandará o estado até o início de janeiro.

Para um aliado, integrante do PL, mesmo que consiga ser eleito para o Palácio Guanabara, Ruas teria dificuldades para conquistar ganhos com o cargo: a lei eleitoral impedirá contratações a partir do início de julho e também participação do governador em inaugurações de obras. Teria muitos ônus e poucos bônus.

Chance aproveitada

Ainda de acordo com este parlamentar, Eduardo Paes, pré-candidato do PSD ao governo, aproveitou a trava aplicada em Ruas para fortalecer sua campanha, rodar o interior — onde tem mais dificuldades —, conversar com prefeitos e outras lideranças locais. Enquanto isso, Ruas ficou preso na burocracia da Alerj. “Ele precisa mudar essa prática”, alerta.

Desfalques

No PL-RJ há também preocupações quanto à eleição de deputados federais; há muitos desfalques entre os escolhidos em 2022: ligadíssimo ao ex-presidente Jair Bolsonaro, Hélio Lopes transferiu seu domicílio eleitoral para Roraima; Alexandre Ramagem foi condenado, perdeu o mandato e fugiu para os EUA.

Altineu quer TCU

Carlos Jordy tenta herdar a vaga para o Senado que seria de Cláudio Castro e Altineu Côrtes busca sua escolha para ministro do Tribunal de Contas da União. Sua ida para o TCU tem chances de ser viabilizada pelo acordo que garantiu a vaga anterior para o então deputado Odair Cunha (PT-MG).

Expectativa

O senador Carlos Portinho disputa a vaga para o Senado com Jordy e com Sóstenes Cavalcante, ainda que este deva mesmo a reeleição para a Câmara. Há no PL a expectativa de que investigações inviabilizem a candidatura do aliado Márcio Canella (União). Neste caso, o PL ficaria com duas vagas.

Em campo

Por falar nisso: a página do Senado registra que o senador Romário (PL-RJ) está no exercício de seu mandato. Não se licenciou antes de viajar para os Estados Unidos e, de lá, exercer a função de comentarista da Copa para a CazéTV e para O Globo. O parlamentar também posta vídeos na Romário TV que são patrocinados pela Superbet.

Sem pressa

Há no Congresso a suspeita de que o governo não fará muita pressão para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), apresse a tramitação da proposta que acaba com a jornada de seis dias de trabalho por um de folga. Mais importante para o Planalto seria usar o tema como mote de campanha.

Há vagas

O empresariado fechou questão contra a adoção da escala de cinco por dois. Mas alguns setores da economia admitem a dificuldade de contratar mão de obra — diante das propostas oferecidas, muitos jovens preferem criar as próprias alternativas. Donos de supermercados falam que há 350 mil vagas em aberto.



Situação aumenta tensão com Alcolumbre

Denúncia contra Alcolumbre traz desgaste

Daniel Vorcaro afirma ter pago US\$ 30 milhões para ele

Por Gabriela Gallo

Em meio ao desgaste entre o governo federal e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a situação do senador ficou complicada após reportagem da revista Veja desta semana.

Segundo a reportagem, o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, afirmou, dentro da tentativa que faz de delação premiada, que pagou US\$ 30 milhões (o equivale a R\$ 155 milhões) em propina para Davi Alcolumbre em troca de apoio para assuntos de interesse do banco. De acordo com o banqueiro, o valor foi depositado em uma conta no exterior e depois repassado ao parlamentar. A transação financeira foi operada por Augusto Lima, ex-sócio de Vorcaro. O senador nega todas as acusações e disse que acionará a Justiça contra Vorcaro pelas acusações que ele disse serem falsas.

A informação foi divulgada em mais uma tentativa da defesa do banqueiro em fechar um acordo de delação premiada com a Polícia Federal (PF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR). O pedido, contudo, foi negado pela segunda vez por considerar que os relatos não traziam elementos inéditos suficientes para justificar benefícios negociais.

“Juridicamente, portanto, trata-se de uma acusação sem validação institucional até o mo-

mento. Politicamente, porém, o impacto costuma ocorrer antes mesmo da produção de provas, especialmente quando envolve valores expressivos e figuras centrais da República”, explicou o mestre em direito e professor da Estácio Brasília Armino Madoz em conversa com o Correio da Manhã.

Questionado pela reportagem, o professor reiterou que a denúncia envolvendo Davi Alcolumbre “tende a ampliar o ambiente de desgaste político em torno do caso Banco Master, independentemente de sua comprovação futura”.

“Isso porque Alcolumbre ocupa uma posição institucional estratégica: além de presidir o Senado, é justamente quem possui influência decisiva sobre a instalação e o andamento de uma eventual CPI relacionada ao caso. A coincidência temporal entre as acusações divulgadas pela imprensa e a resistência à abertura de uma investigação parlamentar inevitavelmente alimenta questionamentos políticos da oposição e aumenta a pressão por esclarecimentos”, detalhou Madoz.

O pedido para a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o rombo bilionário do Banco Master chegou a 280 assinaturas (238 deputados federais e 42 senadores), superando com folga o mínimo constitucional.

Stefano Ribeiro Ferri*

A crise da leitura em tempos de atenção fragmentada

A 6ª edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Ipec – Inteligência em Pesquisa e Consultoria, apresenta uma grave constatação: mais da metade da população brasileira não lê. Pela primeira vez desde o início da pesquisa, os brasileiros que não costumam ler um livro são a maioria. Nos últimos cinco anos, o país perdeu 6,7 milhões de leitores. Isso envolve todas as classes sociais, faixas etárias e níveis de escolaridade.

Mais do que um problema de acesso, renda ou escolaridade, a queda do número de leitores parece refletir uma crise mais profunda: a dificuldade crescente de manter a concentração em um ambiente

marcado pelo vício das telas, por redes sociais recheadas de algoritmos, vídeos curtos, consumo compulsivo e acelerado de conteúdo. Tudo programado para capturar fragmentos da nossa atenção. Há uma verdadeira competição pelo tempo das pessoas e por recursos financeiros.

É notório o esforço que a leitura passou a exigir em decorrência do contato constante com os dispositivos digitais. Não por dificuldade intelectual, mas por algo mais básico: atenção. Aquela atenção contínua, silenciosa, que não rende notificações e curtidas. Muitas pessoas têm sentido na pele esse dilema. Exige-se persistência para resistir à tentação de inter-

romper a leitura, olhar mensagens, notícias ou vídeos. Não porque o livro seja entediante, mas porque o corpo parece estar em constante estado de alerta. A leitura, por outro lado, requer calma.

A dificuldade de manter leitores não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. No artigo “Why Did the Novel-Reading Man Disappear?”, de Joseph Bernstein, publicado pelo jornal *The New York Times*, o autor questiona por que o leitor de romances desapareceu. O texto passa por livrarias, editores, professores e hábitos de consumo cultural, tentando entender se houve uma perda de interesse pela ficção ou uma mudança mais profunda na forma como as

pessoas estão se relacionando com a leitura.

Estamos vivendo uma época em que, aparentemente, manter foco suficiente para atravessar uma narrativa mais longa se tornou um desafio hercúleo. Isso diz menos sobre preferência literária do que como treinamos (ou abandonamos) nossa capacidade de concentração.

***Especialista em Direito do Consumidor. Relator da 6ª Turma do Tribunal de Ética da OAB/SP e membro da Comissão de Direito Civil da OAB - Campinas. Formado em direito pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).**

Benito Liao*

Apelo de Taiwan para OMS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) desempenha um papel fundamental na promoção da cooperação internacional, no compartilhamento de conhecimento e na coordenação de esforços globais em saúde e medicina. Entretanto, apesar dos esforços contínuos de Taiwan para participar da organização nos últimos anos, sua inclusão tem enfrentado obstáculos decorrentes de pressões políticas internacionais. Este ano marca o décimo ano consecutivo em que Taiwan não foi convidada para participar da Assembleia Mundial da Saúde.

Ainda assim, Taiwan reafirma seu compromisso com os princípios da saúde pública global e com

a cooperação internacional. Assim como diversos outros países, Taiwan enfrentou importantes crises sanitárias internacionais, incluindo a epidemia de SARS e a pandemia de Covid-19. O governo e o povo taiwanês acreditam que os direitos de seus cidadãos não devem ser ignorados e defendem que Taiwan possui capacidade e experiência para contribuir de maneira significativa com a comunidade internacional.

Como parte desse esforço, Taiwan organizou este ano a Exposição “Taiwan Smart Medical & Health Tech Expo”, em Genebra, no período de 17 a 19 de maio. Teve como objetivo transmitir

uma mensagem clara à comunidade internacional: Taiwan está pronta e apta para atuar como uma parceira relevante e colaborativa no setor global de saúde, apesar de continuar excluída da OMS.

A exposição evidencia a capacidade tecnológica de inteligência artificial e a sólida experiência de Taiwan nas áreas de medicina, saúde pública e bem-estar social, manifestando a disposição do país em compartilhar conhecimento e colaborar com iniciativas internacionais voltadas à saúde global.

Brasil e Taiwan compartilham valores universais importantes, como democracia, liberdade,

direitos humanos e o compromisso com o bem-estar das populações. Nesse contexto, gostaria de manifestar o meu agradecimento aos amigos brasileiros que acompanham com atenção as questões relacionadas à saúde global e ao papel de Taiwan na comunidade internacional. Convido a sociedade brasileira a apoiar de forma corajosa e construtiva a participação de Taiwan na OMS, em defesa dos direitos e das legítimas aspirações dos seus 23 milhões de habitantes.

***Representante do Escritório Econômico e Cultural de Taipei no Brasil**

Nara Fernandes de Oliveira*

Visão de uma professora: como a IA já está presente nas salas de aula

A cena já se tornou comum em muitas salas de aula: “Professora, posso usar o ChatGPT?”. Nos últimos anos, essa pergunta passou a fazer parte do cotidiano escolar. A cada geração surgem novos elementos capazes de disputar a atenção dos estudantes, mas o fenômeno atual é particularmente instigante, pois reflete o acesso massificado às tecnologias digitais e, especialmente, à inteligência artificial generativa.

Assim que essas tecnologias chagaram ao público, o ambiente escolar foi imediatamente impactado. Não se trata apenas de uma nova forma de pesquisar conteúdos, mas de uma mudança significativa na própria dinâmica de produção do conhecimento. Para nós, professores, estabeleceu-se um novo paradigma: desenvolver habilidades para a aplicação pedagógica da IA ou permitir que ela se torne mais uma dificuldade no processo educativo.

Já diz o ditado popular: “se não pode com eles, junte-se a eles”. Na educação, essa ideia precisa ser entendida como a disposição para revisar práticas, questionar modelos tradicionais e abrir espaço para novas possibilidades pedagógicas. Esse movimento contribui para o desenvolvimento profissional docente e permite dialogar com uma geração que já nasce inserida na cultura digital, acostumada à rapidez das informações e à interação constante com tecnologias.

A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece essa realidade ao incluir a Cultura Digital como uma de suas competências gerais, reforçando a necessidade de formar seres capazes de atuar de maneira crítica e responsável no mundo contemporâneo. Soma-se a isso a BNCC Computação, cuja implementação avança nas redes de ensino e fortalece o compromisso com o

desenvolvimento da fluência digital.

É recorrente a crítica de que a escola não acompanha a evolução tecnológica. Ao longo dos meus quase 25 anos de magistério, percebo que essa discussão exige também uma reflexão interna. Embora os investimentos públicos nem sempre avancem na velocidade desejada, cabe perguntarmos: estamos aproveitando os recursos já disponíveis? Buscamos as formações gratuitas ofertadas? Procuramos compreender as novas normativas educacionais e suas atualizações? A incorporação das tecnologias não depende unicamente de infraestrutura, mas também de iniciativa, curiosidade profissional e disposição para aprender continuamente. Planejar aulas que contemplem competências digitais e midiáticas exige um deslocamento importante do papel docente. Gradualmente, deixamos de ocupar somente o lugar de transmissores de conteúdos para assumir, de forma mais evidente, a função de mediadores da construção do conhecimento. Nesse contexto, a inteligência artificial tem a potencialidade de atuar como apoio ao planejamento e como fonte de inspiração pedagógica. Em minha prática, utilizo comandos detalhados para estruturar planos de aula, descrevendo o público-alvo, a faixa etária, a carga horária, as habilidades a serem desenvolvidas e o objeto de conhecimento trabalhado.

Organizo o planejamento a partir dos três momentos da Gestão da Aprendizagem — Problematização, Desenvolvimento e Sistematização — e solicito sugestões de atividades e avaliações. As respostas geradas raramente são definitivas: precisam ser revistas, ajustadas e refinadas. Quando o resultado não atende às expectativas, reformulo o comando e continuo o diálogo, transformando o

emprego da IA em um exercício criativo e reflexivo.

Com essa demanda emergente, plataformas educacionais começaram a integrar recursos de inteligência artificial às suas soluções, ampliando o acesso em escolas municipais e estaduais do Rio de Janeiro. Ainda existem desafios importantes, especialmente relacionados à conectividade, mas em contextos onde há investimento tecnológico e organização pedagógica, a experiência tem se mostrado positiva.

No Colégio Estadual Barão de Tefé, uma escola pública com vocação empreendedora, utilizando tablets e a plataforma ProfessorIA, com a assistente de IA Maria de Fátima, desenvolvi, em 2025, o tema “Contos de Cavalaria” com turmas do 1º ano do Ensino Médio. O objetivo era apresentar aos alunos obras como *Rei Arthur* e *os Cavaleiros da Távola Redonda*, *Dom Quixote* e *Robin Hood*, e dar-lhes instrumentos para que compreendessem a estrutura do gênero para posteriormente produzir narrativas visuais. Na ausência dos livros digitais, ensinei aos estudantes como elaborar prompts para explorar as histórias, produzir sínteses e avançar nas atividades propostas. A experiência demonstrou que aprender a formular boas perguntas também é crucial.

Com as turmas do 3º ano, a inteligência artificial foi incorporada a um percurso de alfabetização científica dentro do componente Projeto de Pesquisa. O foco permaneceu no rigor metodológico: primeiro o “saber fazer”, depois a ferramenta. Os alunos aprenderam a criar prompts para localizar referenciais teóricos, exigir links e fontes confiáveis e revisar seus próprios textos, sempre preservando a autoria. Ficou evidente que a IA não substituiu o pensamento científico, mas é capaz de apoiar sua

construção quando utilizada com critérios pedagógicos claros.

Trabalhar com inteligência artificial no cotidiano escolar, portanto, significa atuar com intencionalidade pedagógica. Não se trata de permitir ou não o uso da tecnologia, mas de criar situações de aprendizagem em que o dispositivo esteja a serviço do pensamento crítico — e não o contrário. Integrar-se à chamada Educação 4.0 é transformar a pergunta inicial do estudante em um convite ao aprendizado conjunto: aprender, professores e alunos, a utilizar tais possibilidades de maneira ética, responsável e consciente. Dessa forma, a IA não serve apenas para otimizar tempo ou automatizar tarefas; ela pode ampliar possibilidades de aprendizagem, estimular a criatividade e favorecer práticas pedagógicas mais personalizadas.

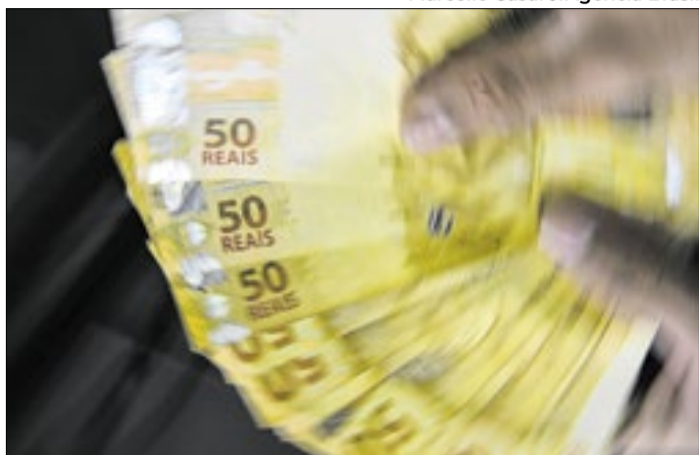
Para ensinar a utilização adequada dessas tecnologias, é necessário que o próprio professor desenvolva suas competências digitais, compreendendo como elaborar prompts, analisar criticamente as respostas geradas e discutir limites, riscos e potencialidades. Ao assumir essa postura, reafirmamos nosso papel como mediadores do processo ensino-aprendizagem. O protagonismo continua sendo humano. A tecnologia permanece no lugar que lhe cabe: o de ferramenta que apoia, inspira e amplia a jornada educativa, sem substituir a essência da educação, que é o encontro entre pessoas que aprendem juntas.

***Educadora há 24 anos e atua como coordenadora pedagógica no município de Angra dos Reis e como professora na rede estadual do Rio de Janeiro.**

CORREIO ECONÔMICO

DA
REDAÇÃO

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Em maio, índice medido pelo IBGE marcou 0,65%

INPC, inflação usada para reajustar salários, soma 4,42%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que costuma ser utilizado para correção anual de salários de diversas categorias, fechou maio em 0,65%. O resultado faz com que o acumulado de 12 meses marque 4,42%. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O monitoramento de preços do IBGE identificou que em maio, os produtos alimentícios subiram 1,33%; enquanto os não alimentícios, 0,43%. O INPC influencia diretamente a vida de muitos brasileiros pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado para cálculo do reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano.

IBGE também divulgou o IPCA

O salário mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro no seu cálculo. O seguro-desemprego, o teto do INSS e o benefício de quem recebe acima do salário mínimo são reajustados com base no resultado do INPC acumulado até dezembro. O IBGE divulgou também o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conhecido como inflação oficial. Em maio o índice ficou em 0,58%, acumulando 4,72% em 12 meses.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Tesouro terá Marta como embaixadora

Tesouro mira mais investidores

Ao completar um mês de seu lançamento, o Tesouro Reserva, novo título do Tesouro Direto voltado a pequenos investidores, alcançou R\$ 2 bilhões em aplicações. A informação foi passada à imprensa pelo secretário do Tesouro Nacional, Daniel Leal. "Já temos mais de R\$ 2 bilhões investidos. Aumentamos também o número de investidores, que é parte dessa democratização." Lançado pela Secretaria do Tesouro Nacional, pela B3 e pelo Banco do Brasil, o Tesouro Reserva prevê rendimento indexado à taxa básica de juros (Selic).

Parceria com a jogadora Marta

Para estimular os investimentos nos títulos disponíveis do Tesouro Direto, como o Tesouro Reserva e o Tesouro Selic, a Secretaria do Tesouro Nacional e a B3 resolveram apostar em uma parceria com a jogadora de futebol Marta. "Vai ajudar a população, porque conseguir alavancar o Tesouro Direto vai naturalmente resultar em mais poupança e mais economia para as pessoas", explicou Leal.

Robótica nacional I

O Brasil conquistou mais um reconhecimento internacional na área de robótica educacional. Durante a FIRST Partner Conference, realizada entre os dias 8 e 11 de junho, na Filadélfia, EUA, o Serviço Social da Indústria recebeu o Growth Award da FIRST Tech Challenge na categoria Large Region.

Robótica nacional II

O prêmio concedido à região que mais cresceu na última temporada entre os grandes operadores do programa no mundo. A conquista coloca o país em evidência em um dos principais movimentos globais de educação STEM (sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

Automotivos I

O setor automotivo representa 4% de toda a indústria de transformação nacional e fatura cerca de R\$ 222,6 bilhões anuais. A cadeia automotiva, porém, encara o desafio de reverter uma dependência estrutural de insumos estrangeiros. O tema foi debatido, na quinta, na sede da Confederação Nacional da Indústria.

Automotivos II

Apesar da alta eficiência e de um investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) superior à média industrial (1,06% contra 0,62%), a cadeia de fornecedores do setor automotivo, por exemplo, opera com um déficit comercial projetado em US\$ 67,7 bilhões para o biênio 2024-2025. Esse valor equivale a 83,6% do faturamento total.

Expediente I

Agências bancárias terão horário especial de atendimento nos dias de jogos da seleção brasileira. O horário de abertura será o habitual de cada agência, já fechamento dos locais será duas horas antes do horário de início do jogo. Caso a partida se inicie às 14h, o encerramento do atendimento ao público será às 12h.

Expediente II

No dia de jogo do Brasil às 16h, o fechamento será 14h. E caso a seleção entre em campo às 17h, as agências fecharão às 15h. Já os horários de expediente dos postos de atendimento e das agências que funcionam em locais especiais, como shoppings e aeroportos, serão informados diretamente pelo estabelecimento.



As medidas fazem parte do programa Imóvel da Gente

Governo dá novo destino a 1,9 mil imóveis

Áreas públicas vão para moradia e regularização fundiária

Da Redação

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) anunciou nesta quinta-feira (11) que quase 1,9 mil imóveis de propriedade da União estão em processo de destinação para regularização de fundiária em áreas urbanas e rurais, construção de moradias populares, transformação em equipamentos de saúde e educação, além da venda no mercado imobiliário com o objetivo de compor um fundo de investimentos administrado pelo próprio governo.

As medidas fazem parte do programa Imóvel da Gente, que se tornou uma ferramenta de mapeamento e destinação social de imóveis e áreas públicas federais.

Um evento no Palácio do Planalto, com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros, gestores municipais e movimentos sociais, apresentou balanço das ações do programa desde 2023.

"Você pega o centro velho de São Paulo, o centro velho do Rio de Janeiro, de Salvador, de Recife, todas essas capitais, há muito tempo, têm prédios abandonados, casas abandonadas, lojas abandonadas. E muitas vezes são abandonadas com processos na Justiça", disse o presidente, ao explicar a ideia de buscar uma função social para áreas públicas ociosas.

Segundo dados da Secretaria

de Patrimônio da União (SPU), vinculada ao MGI, as destinações realizadas desde 2023 têm potencial para beneficiar cerca de 400 mil famílias, em todos os estados. Ao todo, as áreas destinadas somam mais de 18,5 mil quilômetros quadrados, cerca de três vezes o tamanho do Distrito Federal.

"A gente está transformando imóveis abandonados em moradias, em títulos de propriedade, em escolas, em hospitais, em oportunidades. O patrimônio da União voltou a cumprir sua função social e socioambiental e voltou a servir ao povo brasileiro", destacou a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Segundo a ministra, os imóveis não são apenas casas ou apartamentos, envolvem áreas extensas abrangidas por bairros inteiros. À frente do programa de regularização fundiária, disse a ministra, a SPU cruzou os dados e identificou 370 áreas da União onde há ocupação habitacional ainda não titulada.

Os processos envolvem parcerias com estados e prefeituras, que atuam na urbanização do território, parcelamento dos imóveis, identificação de famílias e registro em cartório.

Cerca de R\$ 200 bilhões do PAC Periferia Viva, outro programa federal, estão sendo disponibilizados para custear a titulação, inclusive os custos cartoriais.

Inflação de maio fica em 0,58%, influenciada por alimentos

Em 12 meses, IPCA soma 4,72% e fica fora de limite considerado de tolerância

O preço dos alimentos pressionou o bolso dos brasileiros em maio e representou metade da inflação, que variou 0,58%, no mês passado.

O resultado mostra que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) perdeu força em relação aos dois meses anteriores. Entretanto, fez com que o acumulado de 12 meses chegasse a 4,72%, saindo do limite de tolerância estipulado pelo governo.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p) para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imedia-

tamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). O teto é descumprido se a inflação estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

A última vez que o acumulado de 12 meses ficou fora do limite havia sido em outubro de 2025, quando marcou 4,68%.

Veja o comportamento da inflação mensal ao longo de 2026:

- Maio: 0,58%
- Abril: 0,67%
- Março: 0,88%
- Fevereiro: 0,70%
- Janeiro: 0,33%

O IPCA de maio veio acima da estimativa do mercado. O Boletim Focus da última segunda-feira (8), sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, projeta que a inflação de maio ficaria em 0,48%. Para o fim de 2026, o mercado projeta 5,11%.



Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (12) pelo IBGE

Alimentos pressionam

O IBGE apura o comportamento de nove grupos de preços. O que mais subiu foi o de alimentação e bebidas, com alta de 1,33%. Isso representa impacto de 0,29 ponto percentual no IPCA do mês, ou seja, metade da inflação de maio.

Itens que mais impactaram o índice:

batata-inglesa (+44,69% e impacto de 0,09 p.p.);

tomate (20,62% e 0,06 p.p.);
carnes (+1,39% e 0,04 p.p.);
cebola (+16,80% e 0,02 p.p.).

Maio foi o terceiro mês seguido com a inflação dos alimentos acima de 1%. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o grupo alimentação e bebida sobe 4,81%.

Observando especificamente para meses de maio, a taxa de 2026 (1,33%) é a maior desde 2015 (1,37%).

O gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, aponta que

a alta dos alimentos é explicada por menor oferta de alguns produtos e preço do frete. “A gente usa muito frete rodoviário.”

Gonçalves acrescenta que a alta no preço dos fertilizantes – reflexo do conflito no Oriente Médio – também pode ter onerado o custo da produção de alimentos e sido repassado para o consumidor. Se o grupo fosse retirado do cálculo do IPCA, a inflação de maio teria sido 0,37%.

Energia elétrica

O segundo grupo que mais pressionou a inflação foi o da habitação, que subiu 1,22% e representou impacto de 0,18%. A explicação está no preço da energia elétrica residencial, com alta de 3,67%. A conta de luz foi o custo individual que mais elevou a inflação no mês passado, com impacto de 0,15 p.p.

O especialista justifica que a conta pesou mais no bolso por causa da implementação da ban-

deira tarifária amarela, que representa acréscimo de R\$ 1,885 a cada 100 quilowatt-hora (kwh) consumidos. Para junho, também está valendo a bandeira amarela.

Além disso, o IBGE monitorou reajustes contratuais na conta de luz em seis regiões: Aracaju, Fortaleza, Salvador, Campo Grande, Recife e Belo Horizonte. O IPCA é um índice nacional, mas os impactos regionais entram na média da inflação do país.

Alívio nos combustíveis

O grupo transportes foi o único com deflação (queda média de preços) no mês, recuando 0,46%. A explicação está no preço dos combustíveis (-1,95%), que aliviaram o custo de reabastecimento.

- etanol: -6,20%
- óleo diesel: -2,34%
- gasolina: -1,46%

A gasolina foi o produto que mais puxou a inflação para baixo em todo o IPCA de maio (impacto de -0,08 p.p.).

Salários diminuem pobreza em 22 regiões metropolitanas; Taxa foi de 18,4% em 2025

Entre 2021 e 2025, mais de 10 milhões de pessoas deixaram a condição de pobreza nas regiões metropolitanas do país. Os dados são do boletim Desigualdade nas Metrôpoles, produzido em parceria pelo Observatório das Metrôpoles, a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Segundo o estudo, baseado em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de pobreza em 22 metrôpoles brasileiras chegou a 18,4% em 2025, “alcançando, pelo terceiro ano consecutivo, o menor valor da série histórica [desde 2012]”.

“Foi uma redução significativa. Um patamar grande, apesar do nível de pobreza ainda se manter bastante alto no conjunto das metrôpoles do Brasil”, afirma, em entrevista à Agência Brasil, o economista e sociólogo Marcelo Ribeiro, professor do Programa de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

Para o especialista, a redução observada da pobreza tem a ver com a remuneração do trabalho e foi beneficiada com a maior oferta de ocupações no país. “Está muito vinculada com o fato de as pessoas mais pobres terem aumentado o seu nível de renda a partir do rendi-



Fernando Frazão/Agência Brasil

Os dados são do boletim Desigualdade nas Metrôpoles

mento do trabalho.”

Ele descarta que a melhoria tem a ver com os programas sociais de transferência de renda. Os valores pagos pelo Bolsa Família não sofrem alteração desde março de 2023.

Renda domiciliar mensal

Conforme o boletim Desigualdade nas Metrôpoles, “a renda média domiciliar per capita do conjunto das metrôpoles do país alcançou novo recorde em 2025”. O valor foi de R\$ 2.766.

No ano passado, havia nas regiões metropolitanas RM cerca 15,2 milhões de pessoas (15.188.817) em situação de pobreza – que contavam com até R\$ 729 por mês (valor resultado da renda domiciliar mensal dividida pelo número de pessoas da família). O volume equivale ao total da população somada do Pará, da Paraíba e de Sergipe.

Desse universo, 2,6 milhões de pessoas estavam em condição de extrema pobreza: contavam com até R\$ 229 por mês (renda familiar per capita mensal). O volume equivale ao total de habitantes de Fortaleza ou de Salvador.

O boletim destaca que “a taxa de extrema pobreza caiu para 3,2% no conjunto das metrôpoles brasileiras. Esse nível só foi maior do que as taxas registradas em 2013 e 2014.

CORREIO JURÍDICO

Divulgação/Magnific/AGU

ANDRE SOUZA
JOÃO COCKELL

Determinação começa a valer daqui a 6 meses

Venda de precatórios deverá ser comunicada à AGU

A venda ou transferência de precatórios federais que tenham a União, autarquias ou fundações públicas como devedoras deverá ser comunicada à Advocacia-Geral da União (AGU). A exigência foi estabelecida pela Portaria Normativa nº 225/2026, publicada no Diário Oficial da União no último dia 10 de junho. Pela norma, a cessão de crédito só produzirá efeitos após a comunicação ao órgão, mesmo que o negócio já tenha sido informado ao tribunal responsável. A medida entrará em vigor em 180 dias (6 meses) e também alcança cessões realizadas antes da publicação da portaria. Segundo a AGU, o objetivo é aprimorar o controle e a gestão dos precatórios federais.

CNJ e OAB debatem precatórios

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou debates para revisar as regras de gestão de precatórios e adequá-las à Emenda Constitucional 136/2025. Nas reuniões, a OAB apresentou propostas para padronizar critérios, fixar prazos para análise de processos, ampliar a transparência e reduzir entraves burocráticos. O Conselho também discute medidas para aumentar a segurança jurídica, proteger os credores e uniformizar a aplicação das normas pelos tribunais.

Divulgação/TST



Transporte de cana-de-açúcar coloca motoristas em risco

Julgamento sobre excesso de peso

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que a Justiça do Trabalho é a competente para julgar uma ação civil pública sobre o transporte de cana-de-açúcar com excesso de carga. O caso foi movido pelo Ministério Público contra uma usina de Pitangueiras (SP), após denúncias de que caminhões circulavam com peso até 75% acima do limite. Segundo o MPT, a prática comprometia a frenagem, aumentava a instabilidade dos veículos e colocava em risco a segurança dos motoristas. O TST entendeu que a discussão envolve a segurança do trabalhador, e não apenas normas de trânsito.

Morador pediu obra em área comum

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o comprador de uma unidade imobiliária tem legitimidade para ajuizar ação individual e exigir a conclusão de obras de infraestrutura em áreas comuns de um condomínio. O colegiado entendeu que, embora o direito tenha natureza coletiva por atingir todos os proprietários, o descumprimento da obrigação também afeta cada morador.

Evento do STJ I

O Supremo Tribunal de Justiça vai sediar, durante os dias 15 a 17 de junho, o 2º Congresso STJ da Primeira Instância Federal e Estadual, na sede do tribunal em Brasília. O evento busca ampliar a cooperação com os magistrados federais de primeiro grau. O congresso será transmitido ao vivo pelo YouTube do STJ.

Evento do STJ II

Durante o congresso, 202 propostas de Enunciados, selecionadas previamente, serão discutidas e votadas pelos participantes do congresso. As propostas abordam áreas do direito nos ramos público, privado, penal e processual civil. Os Enunciados e a redação final serão aprovados por maioria simples dos votos.

Trabalhista I

A Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2026 movimentou mais de R\$ 2,1 bilhões e atendeu 503 mil pessoas pelo país. A iniciativa promoveu quase 98 mil audiências e resultou em mais de 30 mil acordos. Do valor total movimentado, R\$ 295,4 milhões são de recolhimentos fiscais e previdenciários.

Trabalhista II

Durante a campanha, tribunais de diferentes regiões do país registraram acordos de grande impacto envolvendo empresas, sindicatos e trabalhadores. As conciliações ajudaram a encerrar processos antigos e garantiram o pagamento de créditos trabalhistas. Entre os destaques estão acordos milionários firmados em ações coletivas.

Invalidez I

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) anulou, parcialmente, a cláusula de convenção coletiva do setor de transporte coletivo do Espírito Santo que permitia a exclusão de aposentados por invalidez do plano de saúde que era custeado pelo empregador.

Invalidez II

Segundo ministros, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, o trabalhador aposentado por invalidez está em situação de vulnerabilidade e deve ter garantido o plano de saúde. A decisão foi tomada após recurso do MPT, que apontou tratamento desigual em relação a outros trabalhadores com contrato suspenso.



Remédio é utilizado para diabetes tipo 2 e obesidade

Justiça mantém veto à caneta emagrecedora

Paciente tentou importar princípio ativo do Mounjaro do Paraguai

Andre Souza

A Justiça Federal em Alagoas negou o pedido de uma paciente que buscava autorização para trazer do Paraguai medicamentos à base de tirzepatida, substância utilizada no tratamento do diabetes tipo 2 e da obesidade. A decisão manteve a proibição da entrada dos produtos no Brasil por não possuírem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O caso foi analisado pela 4ª Vara Federal de Alagoas. A paciente ingressou com mandado de segurança e solicitou uma tutela de urgência para impedir que os medicamentos fossem retidos ou apreendidos por autoridades brasileiras durante seu retorno ao país. Segundo o processo, ela pretendia viajar a Ciudad del Este para adquirir as chamadas canetas emagrecedoras comercializadas no Paraguai.

Na ação, a autora informou estar em acompanhamento médico e alegou necessidade do tratamento. Ela pediu que órgãos federais, entre eles Anvisa, Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, fossem impedidos de apreender os produtos durante a entrada em território brasileiro.

Representada pela Advocacia-Geral da União (AGU), a Anvisa argumentou que a legislação atribui à agência a responsabilidade de regulamentar, controlar e fiscalizar produtos sujeitos à vigilância sanitária. O órgão sustentou que os medicamentos mencionados na ação não

possuem registro sanitário no Brasil, requisito necessário para sua comercialização regular no país.

Ao analisar o pedido, o juízo entendeu que não havia direito líquido e certo que justificasse a concessão da medida de urgência. A decisão destacou que a Anvisa possui competência legal para restringir, suspender ou proibir a fabricação, importação, distribuição, comercialização e uso de produtos que não atendam às exigências regulatórias brasileiras. O magistrado também considerou que o Poder Judiciário não deve substituir a avaliação técnica realizada pela agência reguladora em temas relacionados à saúde pública. Com esse entendimento, o pedido para autorização da entrada dos medicamentos foi rejeitado.

A discussão ocorre em um contexto de aumento da procura por medicamentos à base de tirzepatida. O princípio ativo é utilizado em tratamentos para controle glicêmico e perda de peso. Nos últimos meses, a Anvisa publicou medidas proibindo a importação, distribuição, comercialização, propaganda e uso de diferentes produtos contendo a substância que são vendidos no Paraguai sem registro no Brasil. E pelas regras brasileiras, a entrada de medicamentos no país está sujeita ao cumprimento de requisitos sanitários definidos pela própria Anvisa. O registro está relacionado à qualidade, à segurança e à eficácia dos produtos antes de autorizar sua comercialização.

CORREIO PAULISTANO

Wilson Dias/Agência Brasil



Para Prefeitura, suspensão pode atrapalhar investimento

Nunes tem recurso negado; 'Times Square' segue suspensa

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) manteve a suspensão do projeto Boulevard São João, conhecido como "Times Square paulistana", e negou um recurso apresentado pela gestão do prefeito Ricardo Nunes. A decisão foi proferida pelo desembargador Fausto Seabra, da 7ª Câmara de Direito Público. O projeto prevê a instalação de grandes painéis de LED em edifícios localizados no cruzamento das avenidas São João e Ipiranga, no centro da capital. As intervenções fazem parte de uma proposta de requalificação urbana da região, inspirada em áreas de forte apelo visual e turístico. A suspensão das obras foi determinada em maio pela Justiça após uma ação popular que questiona aspectos legais e urbanísticos.

Pontos levantados pela justiça

Entre os pontos levantados estão os impactos na paisagem urbana, a compatibilidade do projeto com a legislação municipal e procedimentos adotados durante sua aprovação. Segundo a decisão, ainda existem questões que precisam ser esclarecidas antes da retomada das intervenções. A Prefeitura diz que a paralisação pode comprometer investimentos privados e ações de recuperação de imóveis e espaços públicos da região central.

Mozart Gomes | CMS3



Sessão Solene foi presidida por Rubinho Nunes (UNIÃO)

Medalha Anchieta a Ricardo Porto

A Câmara de Vereadores concedeu a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da cidade de São Paulo ao advogado Ricardo Vita Porto. Paulistano, Ricardo construiu trajetória de destaque na área do Direito Eleitoral. Advogado há 25 anos, é especialista em Direito Eleitoral e Direito Processual Eleitoral. No Legislativo paulistano, Vita Porto prestou assessoria jurídica à Presidência da Casa e atuou em defesas que garantiram estabilidade institucional e segurança jurídica ao Parlamento. Na atual legislatura, assessora parlamentares de diferentes partidos.

Cerimônia da Sociedade de Heráldica

Em cerimônia realizada na Câmara de SP, a Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística comemorou o Jubileu de Ébano da Heráldica pelos 67 anos de fundação. Durante o evento, que contou com o apoio da vereadora Edir Sales (PSD), também foram entregues condecorações a personalidades que se destacaram por contribuições ao desenvolvimento da cidadania na cidade.

Feriado I

A Câmara de Vereadores da capital paulista sediou um seminário na semana passada, na sede do legislativo, organizado pela OSC (Organização da Sociedade Civil) Samaritano São Francisco de Assis para discutir, entre outros temas, a importância do dia 8 de março, que é Dia Internacional da Mulher.

Feriado II

O evento na Câmara Municipal de São Paulo também deu destaque ao Projeto de Lei 1221/2025, do vereador Dheison Silva (PT) com a coautoria de outros parlamentares. A matéria inclui no calendário oficial de eventos da capital paulista a data – o Dia Internacional da Mulher – como feriado municipal.

Feriado III

O projeto tramita na Câmara Municipal de São Paulo e o texto passou em 1º turno de votação e, agora, aguarda ser incluído na pauta do Plenário para a segunda e definitiva fase de discussão, entre os parlamentares. As votações acontecem no plenário principal do Palácio Anchieta, no centro de São Paulo.

Procuradorias I

A Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Municipal de São Paulo realizou o "1º Encontro das Procuradorias Especiais da Mulher dos Municípios de São Paulo". Conduzido pela procuradora especial da mulher do Legislativo paulistano, a vereadora Dra. Sandra Tadeu (PL) e com a participação da vereadora Ana Carolina Oliveira (PODE).

Procuradorias II

O encontro reuniu procuradoras e vereadoras de diversos municípios paulistas. Entre os temas discutidos estiveram a importância de orientar as vítimas na identificação de seus agressores, o fortalecimento do diálogo com os órgãos de proteção e a articulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência.

Maurício de Sousa

O prefeito de SP Ricardo Nunes (MDB) apresentou nesta sexta-feira (12) o mascote oficial da cidade, o Paulistinha, um personagem que Maurício de Sousa criou para homenagear a cidade onde vive desde 1954. Aos 9 anos de idade, o Paulistinha representa o espírito paulistano, sempre de olho nas novidades.



Audiência teve caráter consultivo com os profissionais

Transporte apoia debate sobre fim da escala 6x1

Audiência na Câmara reuniu trabalhadores e sindicatos

Da Redação

Representantes de trabalhadores do transporte público da capital paulista defenderam, em audiência pública realizada na Câmara Municipal de São Paulo, mudanças na jornada de trabalho atualmente adotada por parte da categoria. O debate teve como foco o fim da escala 6x1, modelo em que o profissional trabalha seis dias consecutivos e descansa um. A discussão ocorreu na Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Casa.

Durante a reunião, motoristas, cobradores, operadores e dirigentes sindicais relataram dificuldades associadas à rotina de trabalho no sistema de transporte coletivo. Entre os pontos levantados estiveram o desgaste físico provocado pelas longas jornadas, as condições de trabalho enfrentadas diariamente e os impactos da atividade sobre a saúde dos profissionais. Segundo os participantes, a adoção de modelos alternativos de escala poderia contribuir para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e reduzir desgaste durante a semana.

Os representantes da categoria também argumentaram que as atividades exercidas pelos profissionais do transporte exigem atenção constante e envolvem grande responsabilidade, uma vez que afetam diretamente a mobilidade urbana e a segurança dos passageiros. Para eles, a revisão da escala pode trazer benefícios tanto

para os trabalhadores quanto para a prestação do serviço à população.

Outro tema discutido foi a infraestrutura disponível para os funcionários durante a jornada. Participantes apontaram dificuldades relacionadas ao acesso a instalações adequadas para descanso e higiene, além da exposição frequente a condições climáticas adversas e fatores ergonômicos considerados prejudiciais à saúde ocupacional. A avaliação apresentada durante a audiência foi a de que melhorias estruturais devem acompanhar eventuais mudanças nas regras de jornada.

O debate ocorre em um momento em que a discussão sobre a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 ganha espaço em diferentes esferas do poder público e entre entidades representativas dos trabalhadores.

A audiência teve caráter consultivo e buscou reunir contribuições de profissionais, especialistas e representantes da sociedade civil sobre os impactos da atual organização do trabalho no transporte público. As manifestações colhidas poderão subsidiar futuras discussões e propostas relacionadas às condições de trabalho da categoria na cidade de São Paulo.

Ao final do encontro, participantes reforçaram a necessidade de manter o diálogo entre trabalhadores, empresas e poder público para avaliar alternativas que conciliem a operação do sistema de transporte com melhores condições laborais para os profissionais do setor.

CPI dos Devedores da Câmara de SP cobra Banco do Brasil

Comissão da Câmara de SP discute débitos tributários e aprova novas convocações

A CPI dos Devedores da Câmara Municipal de São Paulo ouviu, nesta quinta-feira (11), representantes do Banco do Brasil para esclarecer questionamentos sobre débitos tributários atribuídos à instituição financeira junto ao município. A reunião marcou o início da fase de depoimentos da comissão, criada para investigar grandes empresas com pendências fiscais na capital paulista.

Participaram da sessão o gerente-geral da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil em São Paulo, José Roberto Chieffo Junior, e o superintendente regional do Setor Público para a Região Sudeste, Diogo Prim. Os representantes apresentaram informações sobre a atuação do banco em processos tributários e responderam a questionamentos dos vereadores integrantes do colegiado.

A comissão da Câmara apura débitos relacionados a tributos municipais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano

(IPTU), o Imposto Sobre Serviços (ISS) e outros créditos tributários, estejam ou não inscritos em dívida ativa. O objetivo declarado pelos parlamentares é analisar a situação dos maiores devedores do município e avaliar mecanismos que possam ampliar a recuperação de receitas para os cofres públicos.

Durante a reunião, representantes do Banco do Brasil afirmaram que a instituição mantém o entendimento de que cumpre suas obrigações tributárias e que eventuais divergências decorrem de discussões técnicas e jurídicas sobre cálculos e interpretações da legislação. Segundo os executivos, o banco participa regularmente de programas de negociação e parcelamento de débitos oferecidos pelo município e busca soluções para os processos em andamento.

De acordo com informações apresentadas à CPI, a Prefeitura de SP aponta uma dívida de aproximadamente R\$ 2,8

bilhões atribuída ao Banco do Brasil. Os representantes da instituição destacaram, entretanto, que parte dos valores está vinculada a disputas judiciais e administrativas ainda não encerradas. Também foi informado para a CPI que o banco possui centenas de ações relacionadas a questões tributárias em tramitação.

Os vereadores integrantes da comissão avaliaram que algumas das respostas fornecidas não contemplaram todos os questionamentos levantados, especialmente aqueles relacionados aos aspectos financeiros dos débitos. Por esse motivo, a CPI decidiu reiterar o convite para que outros dirigentes do Banco do Brasil participem de futuras reuniões e prestem esclarecimentos adicionais sobre o tema.

A investigação integra um conjunto de iniciativas da Câmara voltadas à análise dos maiores devedores tributários da cidade. Dados apresentados durante a criação da CPI indicam que os

valores em discussão envolvendo grandes contribuintes alcançam cifras bilionárias, o que motivou a abertura dos trabalhos neste ano. A expectativa dos parlamentares é identificar alternativas para ampliar a arrecadação municipal sem a criação de novos tributos.

Além da oitava dos representantes do Banco do Brasil, a comissão aprovou uma série de requerimentos para obtenção de documentos e informações junto a órgãos da administração municipal. Entre os destinatários estão a Secretaria Municipal da Fazenda, a Procuradoria Geral do Município, a Prodam e o Conselho Municipal de Tributos. Os documentos deverão subsidiar as próximas etapas da investigação.

Os vereadores também deliberaram na reunião pela intimação de representantes de empresas que haviam sido convidadas anteriormente para prestar esclarecimentos, mas não compareceram às reuniões da Comissão

de Inquérito. Entre elas, estão operadoras de telecomunicações, empresas do setor de saúde suplementar e, também, companhias ligadas ao segmento digital.

Na mesma sessão, foram aprovados convites para que representantes de instituições financeiras, empresas de infraestrutura, tecnologia, energia e saneamento participem das próximas reuniões do colegiado. A intenção da Comissão é ampliar o levantamento de informações sobre débitos tributários considerados relevantes para o município.

Instalada em maio deste ano, a CPI dos Devedores foi criada para examinar a situação fiscal de empresas com grandes passivos tributários perante a administração municipal. Os trabalhos devem prosseguir nos próximos meses com novas oitavas, análise de documentos e elaboração de relatórios que poderão resultar em recomendações para a recuperação de créditos considerados de interesse público.



Os vereadores avaliaram que algumas das respostas não contemplaram os questionamentos

Comissão de Inquérito Jardim Pantanal prevê relatório oficial até 26 de junho

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

A Comissão de Inquérito do Jardim Pantanal caminha para a etapa final dos trabalhos na Câmara Municipal de São Paulo e deverá apresentar o relatório conclusivo das investigações até o próximo dia 26 de junho. O colegiado foi criado para apurar as causas das enchentes recorrentes que afetam há décadas a região do Jardim Pantanal, na zona leste da capital paulista, além de identificar possíveis medidas para reduzir ou acabar com os impactos sofridos pela população local.

Após cerca de oito meses de atividades, os vereadores integrantes da comissão concluíram a fase de oitavas e coleta de informações. Durante o período, foram ouvidos representantes de órgãos públicos, empresas e especialistas ligados a temas como drenagem urbana, recursos hídricos, meio ambiente,

saneamento e ocupação do solo. Entre os participantes estiveram integrantes de instituições estaduais e municipais, além de representantes do setor privado municipal.

Segundo informações apresentadas durante os trabalhos, a comissão de inquérito aprovou e analisou mais de uma centena de requerimentos ao longo da investigação. Os documentos reunidos incluem pedidos de informações, convocações, diligências e levantamentos técnicos voltados à compreensão dos fatores que contribuem para os frequentes alagamentos na região.

As enchentes no Jardim Pantanal são consideradas um problema histórico da cidade de São Paulo. A área está localizada em uma grande região de várzea próxima ao Rio Tietê e concentra milhares de moradores que convivem periodicamen-



Após votação, os trabalhos da Comissão serão encerrados

te com alagamentos, especialmente em períodos de chuvas intensas. O tema mobiliza diferentes esferas do poder público e tem sido alvo de estudos frequentes e intervenções ao longo dos últimos anos.

Durante as reuniões realizadas pela CPI, também foram debatidas alternativas para mitigar os impactos das enchentes. Entre os assuntos analisados estiveram obras de drenagem, ações ambientais, intervenções

em áreas de mineração, sistemas de contenção de cheias, recuperação de áreas degradadas e projetos de reassentamento de famílias que vivem em locais considerados de maior vulnerabilidade na região.

Dados discutidos pela comissão apontam que aproximadamente 50 mil pessoas vivem no local. Paralelamente às investigações, segue em andamento o Programa Recupera Pantanal, iniciativa desenvolvida em parceria entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado. O projeto prevê a remoção e o reassentamento de milhares de famílias residentes em áreas sujeitas a inundações, com conclusão estimada para o ano de 2029 e investimento superior a R\$ 700 milhões.

Os parlamentares passam agora à elaboração, discussão e votação do relatório final até 26 de junho.

CORREIO GRANDE SP

Fabio Nunes Teixeira/Prefeitura de Guarulhos



O Plano reúne dados sobre habitação do município.

Guarulhos começa a elaborar o Plano Local de Habitação

Guarulhos realizou uma reunião de alinhamento do Grupo Técnico Intersecretarial Colaborativo (GTC), para que os trabalhos integrados de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) possam ser iniciados. A proposta é de construir um diagnóstico atualizado sobre a realidade habitacional da cidade, permitindo o planejamento de ações e investimentos, além de ampliar a capacidade de captação de recursos estaduais e federais destinados à habitação. O PLHIS irá permitir a identificação das demandas atuais e futuras, integrar políticas urbanas, sociais, ambientais e econômicas e estabelecer diretrizes, programas e metas para o enfrentamento do déficit habitacional e regularização fundiária.

Levantamento dos dados da cidade

O PLHIS terá a função de reunir informações e dados de diferentes áreas da administração municipal para auxiliar na elaboração do diagnóstico habitacional da cidade. A reunião foi conduzida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), contratada pela Secretaria de Habitação. Atualmente, os trabalhos estão concentrados no levantamento das condições de moradia, da infraestrutura urbana e da realidade socioeconômica da população.

Mauro Pedrosa/Prefeitura de Diadema



Interessados tem até 17 de junho para se inscreverem

Conselho da Educação de Diadema

Estão abertas as inscrições para a eleição dos novos membros do Conselho Municipal de Educação (CME) de Diadema. O processo, divulgado pela Secretaria de Educação, define os representantes que atuarão no acompanhamento, fiscalização e debate das políticas públicas educacionais do município. Entre as funções do conselho estão o acompanhamento dos recursos destinados à educação, a fiscalização de programas da área e a discussão de diretrizes para a rede municipal. As inscrições podem ser realizadas por meio de formulários online.

Inscrição e votação

O conselho é formado por 18 representantes de diferentes segmentos da sociedade, como moradores da cidade, estudantes da EJA, entidades sociais e membros do magistério particular. As inscrições seguem até 17 de junho, às 18h, e a votação será realizada presencialmente no Auditório da Secretaria de Educação. Os conselheiros atuam de forma voluntária pelos próximos dois anos.

Suzano I

Suzano realizará, nesta segunda-feira (15), uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei do Executivo que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução da LDO de 2027. A reunião será conduzida pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, presidida pelo vereador Denis Claudio (PSD).

Suzano II

O PL estabelece os critérios a serem observados na elaboração da LDO. O objetivo da audiência é ampliar a transparência e a participação dos cidadãos na construção da proposta. O conteúdo do projeto está disponível no site do Legislativo. A audiência pode ser acompanhada presencialmente ou online.

São Caetano I

São Caetano recebeu uma comissão do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) para acompanhar o andamento das obras do Programa Drenar, que buscam combater enchentes. Foram apresentados, as metas e os resultados, além do acompanhamento das obras de saneamento

São Caetano II

As equipes discutiram o planejamento das intervenções, além de aspectos estratégicos do programa. A missão avaliou também a gestão socioambiental, incluindo licenças ambientais, mobilidade urbana e impactos no tráfego durante as obras. Foram abordadas ações de comunicação com a população, riscos e questões administrativas

Osasco I

O suplente de vereador do PL, Rodrigo Gansinho (PL), assumiu o cargo de vereador no lugar de Alexandre Capriotti (PL), que pediu licença para tratar de assuntos particulares por 31 dias. A posse do vereador teve o juramento e assinatura do livro de posse, além da entrega da declaração pública de bens

Osasco II

Também, durante a sessão de posse, a 1ª secretária da Mesa Diretora, vereadora Elsa Oliveira (Podemos), leu o pedido de afastamento do vereador Paulo Junior (PRD), entre os dias 15 de junho e 12 de outubro. Nesta terça-feira (16), o suplente Fábio Chirihan deve assumir a cadeira no lugar do parlamentar.



A cidade foi representada pelo Secretário de Educação

Poá participou de reunião internacional

A cidade esteve presente em reunião da ONU sobre inclusão

Da Redação

Poá participou, pela primeira vez na história, de um fórum promovido na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), nos Estados Unidos. O representante da cidade foi o secretário municipal de Educação, Diego Moreira. O encontro reuniu representantes de governos, organismos internacionais, entidades da sociedade civil e especialistas para discutir avanços, dificuldades e perspectivas relacionadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Neste ano, a conferência possui um significado especial ao celebrar os 20 anos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (COSP19) teve como tema “CDPD aos 20 anos: celebrando e consolidando as conquistas e moldando a próxima fase de implementação em um mundo em transformação” e promoveu debates sobre o fortalecimento de políticas públicas inclusivas, a proteção contra violência e abuso, o fortalecimento dos sistemas de cuidado e a ampliação da participação das pessoas com deficiência nos espaços de decisão e liderança.

Segundo o secretário de Educação, Diego Moreira, foi a primeira vez que Poá participou de um debate internacional com

representantes de mais de 180 países para discutir temas relacionados à educação inclusiva.

Investimento na Inclusão

A participação de Poá na conferência ocorre em meio a ações desenvolvidas pelo município nas áreas de inclusão, acessibilidade e garantia de direitos. A cidade vem ampliando a rede de atendimento especializado para pessoas com deficiência e público atípico, com a inauguração da ala de especialidades em Neurologia e Psiquiatria Adulto e Infantil no Centro de Especialidades Médicas (CEME). O espaço possui atendimento especializado para pessoas que demandam acompanhamento multiprofissional.

Entre outras ações desenvolvidas pelo município estão a implantação do primeiro Jardim Sensorial público do Alto Tietê, a criação de salas de inclusão em equipamentos municipais e a ampliação dos atendimentos em áreas como fonoaudiologia, neurologia e também psiquiatria.

A Prefeitura contratou profissionais de apoio para acompanhar alunos atípicos na rede municipal e também disponibilizou recursos de acessibilidade em eventos públicos, como intérpretes de Libras, áreas adaptadas e redutores de ruídos. Também ocorre a inauguração da Clínica Girassol, para pessoas com Trans-torno do Espectro Autista.

CORREIO PAULISTA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Sem acordo à esquerda: PT, PSB e Rede precisam conversar

Haddad aguarda definição de vice na disputa ao Governo

Fernando Haddad (PT), disse que a definição do candidato a vice em sua eventual chapa para o governo de São Paulo deve ficar entre Márcio França (PSB), Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB). A declaração foi durante coletiva de imprensa realizada no Sindicato dos Engenheiros, na capital paulista. Ao ser questionado sobre a escolha do nome, Haddad afirmou que está confortável com qualquer composição. Segundo ele, a decisão depende mais das articulações internas dos partidos do que de uma preferência pessoal. "O Márcio e a Simone, e qualquer que seja o arranjo final vai me contemplar, porque são ex-ministros do presidente Lula que vieram para São Paulo para defender um projeto. Nosso plano de governo está ficando bom" - disse.

Quase tudo certo à Direita

A direita tem chapa "definida" desde o início de maio, quando Tarcísio de Freitas confirmou que o atual vice-governador, Felício Ramuth (MDB), continuará ocupando o posto em sua chapa de reeleição. Para o Senado, Tarcísio também revelou que Guilherme Derrite (PP) e André do Prado (PL) serão os indicados para concorrer na sua coalizão. O problema foi que Ricardo Salles (Novo) ficou de fora do grupo e passou a criticar ala do PL.

Divulgação/Agência SP



Mulher de 31 anos que esteve no Congo segue internada

Exames descartam caso de Ebola em SP

A Secretaria de Saúde de São Paulo descartou o segundo caso suspeito de ebola. O diagnóstico negativo foi confirmado pelo Instituto Adolfo Lutz no sábado (13), após analisar duas amostras de uma brasileira de 31 anos que viajou à República Democrática do Congo. Ela apresentou febre e diarreia, mas o protocolo da OMS exige testes antes e depois de 72 horas dos sintomas para excluir o vírus. A paciente segue internada no Instituto Emílio Ribas com quadro estável, recebendo tratamento para um caso de gastroenterocolite aguda.

Preocupação no PL sem Carla Zambelli

Segunda deputada federal mais votada em São Paulo em 2022, com 946.244 votos, Carla Zambelli (PL) está fora da disputa de 2026. Impedida de concorrer devido às condenações e à perda de mandato, a massiva quantidade de votos é alvo de cobiça e preocupação dentro do PL. O partido tem ficado sem "puxadores" de votos e analisa o eleitorado bolsorista para evitar que a legenda perca cadeiras federais.

Tarcísio de Freitas

Pré-candidato à reeleição ao Governo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) não teve agenda pública no fim de semana, mas postou vídeo em clima de jogo do Brasil na Copa do Mundo, lembrando as conquistas da seleção. O governador também postou vídeo sobre o Campeonato de Balonismo, de Boituva, que terminou domingo (14).

Fernando Haddad

Fernando Haddad (PT), também pré-candidato ao Governo, postou foto com camisa da seleção brasileira e posou ao lado de um cachorro caramelo. Ele usou a expressão "Haddad já é hexa", para mostrar seis conquistas para São Paulo enquanto Prefeito da capital e como ministro de Lula na Educação e na Fazenda.

Paulo Serra

Já o pré-candidato ao Governo, Paulo Serra (PSDB) usou o jogo do Brasil para emplacar as pautas da causa animal e de pessoas autistas. "Hoje é dia de torcer, celebrar e vibrar. Mas que tal a gente fazer sem fogos/foguetes? Enquanto a gente comemora tem animal sofrendo, tem crianças com TEA que podem se incomodar"

Kim Kataguiri

Kim Kataguiri (Missão), que também pleiteia o Palácio dos Bandeirantes abriu a artilharia contra o PT no fim de semana. No jogo Brasil x Marrocos, associou a bandeira do time africano (vermelha com uma estrela verde no centro) ao PT. "To com uma sensação de que vamos ser roubados! Um time vermelho, um estrela no meio e bem no dia 13!" - postou.

Adolfo Lutz I

Servidores do Instituto Adolfo Lutz cobraram do governo paulista esclarecimentos sobre o futuro da instituição, fundada há mais de um século. Em audiência na Alesp, eles relataram preocupação com mudanças administrativas e possíveis impactos nas atividades de pesquisa, vigilância epidemiológica e análises laboratoriais.

Adolfo Lutz II

Durante o debate, o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) criticou a intenção do governo de demolir prédios da sede do Adolfo Lutz após a extinção de 79% dos cargos do instituto. Segundo ele, a medida pode comprometer a estrutura física e a continuidade de serviços prestados pela instituição.



Cotia passou a oferecer Tarifa Zero neste domingo (14)

Oito cidades encerraram a Tarifa Zero no Transporte

Cobranças da passagem voltaram por falta de financiamento

Andre Souza

A política de gratuidade universal no transporte público coletivo, conhecida como Tarifa Zero, registrou os primeiros casos de reversão no Brasil. De acordo com a terceira edição do estudo "Tarifa Zero nas Cidades do Brasil", publicado em 2026 pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), oito municípios que haviam adotado o passe livre integral descontinuaram a medida e voltaram a cobrar passagem dos usuários.

Os recuos foram identificados em municípios de pequeno e médio porte, com populações que variam de 18 mil a 111 mil habitantes. Das oito cidades que reverteram a gratuidade, metade é do estado de São Paulo: Jaboicabal (SP), Monte Mor (SP), Paulínia (SP) e Pirapora do Bom Jesus (SP). As outras são: Picos (PI), Porto Real (RJ), Tijucas do Sul (PR) e Ubitatã (PR). No caso de Monte Mor, o programa foi encerrado em 2025, após menos de dois anos de vigência, sob a justificativa oficial de indisponibilidade de orçamento municipal para manter o custeio do sistema.

Apesar das interrupções, o levantamento indica que o total de localidades com Tarifa Zero passou de 26 municípios em 2016 para 143 até o fim de março de 2026. Desse total, 133 implantaram a gratuidade em todo o sistema municipal de transporte,

durante todos os dias da semana, enquanto dez adotaram o modelo de forma parcial (em dias específicos ou em linhas delimitadas). Cotia, na Grande SP, passou a oferecer tarifa zero aos domingos neste domingo (14).

O ritmo de novas adesões, contudo, apresentou desaceleração, principalmente em cidades populosas. Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, apenas dois adotaram a medida no último ano: Canoas (RS) e Itaboraí (RJ). Em Canoas, a implementação ocorreu sob regime de calamidade pública em decorrência de eventos climáticos. Em Itaboraí, a gratuidade foi implantada por meio de reestruturação da rede operada por autarquia municipal.

O relatório da NTU aponta que, em cidades de maior porte, o benefício gera aumento na demanda por viagens, o que exige a ampliação da frota de ônibus e o redimensionamento da infraestrutura para evitar a sobrecarga das linhas. Em Itaboraí, o monitoramento do sistema registrou queixas de usuários referentes a tempo de espera e lotação após o início do programa.

A NTU aponta ainda que a continuidade dos programas de Tarifa Zero está vinculada à segurança jurídica dos contratos de concessão vigentes e à definição de fontes extra-orçamentárias estáveis de financiamento, sugerindo a divisão do custeio do transporte entre as esferas municipal, estadual e federal.

Concessões em SP acumulavam 913 obras atrasadas em 2024, aponta TCE

Painel mostra investimentos, pedágios e obras; Governo lançou programa SP pra Toda Obra

Divulgação/Governo de SP

As 21 concessões rodoviárias estaduais monitoradas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) somam R\$ 148,33 bilhões em contratos, abrangem 11.542,7 quilômetros de rodovias e concentram 182 praças de pedágio. Os números fazem parte do painel de acompanhamento das concessões do órgão, atualizado com dados dos exercícios contratuais encerrados até dezembro de 2024, e revelam a existência de 913 obras classificadas como atrasadas ou paralisadas nas malhas concedidas.

O levantamento reúne informações fornecidas pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e apresenta um panorama sobre investimentos, extensão das rodovias, pedágios, outorgas e situação dos contratos administrados por concessionárias em diferentes regiões do estado. O painel registra ainda 486 processos relacionados às concessões em tramitação ou analisados pelo TCE-SP.

Os dados mostram uma diferença entre os investimentos previstos e os efetivamente realizados pelas concessionárias. Enquanto os contratos estabelecem R\$ 23,17 bilhões em investimentos, o valor realizado alcança R\$ 16,75 bilhões. A diferença entre os dois montantes é de R\$ 6,42 bilhões. O painel também acompanha os pagamentos de outorgas. No caso do ônus fixo, o valor previsto soma R\$ 13,45 bilhões, dos quais R\$ 12,17 bilhões já fo-



Rodoanel Norte é uma das obras do programa viário SP pra Toda Obra, lançado em 2025

ram pagos. O ônus variável registra previsão de R\$ 1,88 bilhão e pagamento de R\$ 1,57 bilhão.

Entre os indicadores monitorados pelo tribunal, o número de obras atrasadas ou paralisadas aparece como um dos principais pontos de atenção. Das 913 ocorrências registradas, mais da metade está concentrada em cinco concessionárias.

A Eixo SP lidera o ranking com 211 obras atrasadas ou paralisadas. A empresa administra a maior extensão rodoviária concedida do estado, com 1.621,46 quilômetros, e também possui o maior número de praças de pedágio, com 21 unidades. Em seguida aparece a Rodovias do Tietê, com 169 obras atrasadas ou pa-

ralisadas e uma malha de 756,57 quilômetros. A Entrevias registra 90 ocorrências em 791,79 quilômetros de rodovias concedidas. A Viarondon contabiliza 74 obras nessa situação ao longo de 828 quilômetros. Já a Econoroeste registra 54 obras atrasadas ou paralisadas em uma extensão de 442 quilômetros. Somadas, essas cinco concessionárias respondem por 598 das 913 obras registradas pelo painel, o equivalente a aproximadamente 65% do total.

A distribuição da malha rodoviária concedida mostra forte concentração em alguns contratos. Além da Eixo SP, a CART administra 1.075,58 quilômetros de rodovias. A ViaPaulista apare-

ce em seguida com 998,65 quilômetros, seguida pela Viarondon, com 828 quilômetros, e pela Entrevias, com 791,79 quilômetros.

No quesito pedágio, a Eixo SP lidera com 21 praças. A Colinas possui 14, enquanto o Rodoanel conta com 13. As concessionárias SPMar, ViaPaulista e Renovias operam 11 praças cada. A SPVias possui 10 unidades. Autoban, Intervias e CART administram nove praças cada uma. O painel também apresenta o cronograma de encerramento dos contratos. Os vencimentos estão distribuídos entre os anos de 2023 e 2050. A maior concentração ocorre em 2039, quando seis contratos chegam ao fim. Há ainda contratos

com vencimentos previstos para 2045, 2046, 2047 e 2050.

O Correio da Manhã aguarda eventual atualização dos dados e esclarecimentos sobre a situação atual das concessões rodoviárias monitoradas pelo órgão.

Governo mostra avanço

O governo paulista informou ampliação dos investimentos em infraestrutura rodoviária por meio do programa SP Pra Toda Obra. Em balanço divulgado em maio de 2026, a gestão estadual anunciou um novo pacote de R\$ 2 bilhões para rodovias e informou que o programa alcançou R\$ 144,6 bilhões em investimentos e 4,3 mil obras em um ano.

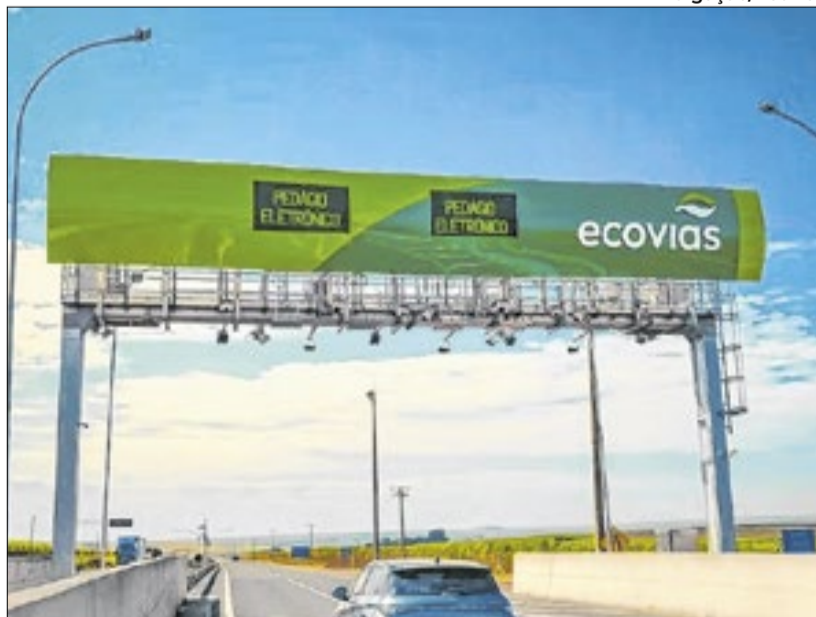
Novo pedágio no Sistema Anchieta-Imigrantes

Divulgação/Ecovias

A concessionária Ecovias Imigrantes iniciou a fase de testes do sistema de pedágio eletrônico conhecido como free flow no Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI). A etapa começou após a instalação dos pórticos na Via Anchieta, no km 33, e na Rodovia dos Imigrantes, no km 29, em ambos os sentidos.

O novo modelo, chamado Siga Fácil, elimina a necessidade de praças de pedágio com cancelas e permite a cobrança automática da tarifa por meio da leitura de placas e tags eletrônicas. Durante os testes, não haverá cobrança dos usuários.

Segundo a concessionária, a fase atual inclui validações técnicas, integração dos sistemas e calibração dos equipamentos. O processo é acompanhado pela Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp),



A partir de julho, valor em cada trecho será de R\$ 19,35

responsável pela homologação da tecnologia.

A previsão é que o sistema entre em operação em 1º de julho. Com a mudança, a tarifa atualmente cobrada no Sistema

Anchieta-Imigrantes será dividida entre os sentidos de descida e subida da serra. Hoje, motoristas que seguem para o litoral pagam R\$ 38,70 e não são cobrados no retorno à capital.

Com o novo modelo, o valor passará a ser de R\$ 19,35 por sentido. A cobrança ocorrerá nos pórticos instalados nas rodovias, tanto para quem segue ao litoral quanto para quem retorna ao planalto.

A alteração também afetará motoristas que utilizam as rodovias Padre Manuel da Nóbrega e Cônego Domênico Rangoni. Atualmente, eles pagam pedágio apenas nessas vias. Com a implantação do free flow, também haverá cobrança no trecho de planalto da Anchieta e da Imigrantes quando o deslocamento ocorrer no sentido da capital.

De acordo com a Ecovias, os novos pórticos substituirão as atuais praças de pedágio localizadas no km 32 da Rodovia dos Imigrantes e no km 31 da Via

Anchieta, que serão desmobilizadas após a transição.

Os equipamentos utilizam câmeras, sensores e antenas para identificar automaticamente os veículos. As câmeras contam com tecnologia OCR, capaz de realizar a leitura das placas dianteiras e traseiras. Sensores a laser classificam os veículos conforme características como altura, comprimento e número de eixos, enquanto as antenas identificam as tags eletrônicas.

As informações coletadas são enviadas para um sistema central, que valida os dados registrados e calcula a tarifa correspondente à passagem do veículo. A implantação do pedágio eletrônico integra o programa de modernização da infraestrutura rodoviária paulista conduzido pelo Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) e da Artesp.

CORREIO DAS REGIÕES

Divulgação/Prefeitura de Limeira



Paralisação da categoria aconteceu na última sexta-feira

Greve no transporte de Limeira expõe impasses no serviço

A greve dos motoristas do transporte coletivo de Limeira evidenciou um desafio recorrente em serviços essenciais: conciliar o direito dos trabalhadores de reivindicar melhores condições com a necessidade de garantir a mobilidade da população. Enquanto a categoria cobra reajuste salarial e avanços nas negociações, milhares de passageiros enfrentam dificuldades para chegar ao trabalho, à escola e a atendimentos de saúde. Em casos como esse, a paralisação não é automaticamente ilegal. A legislação assegura o direito de greve, mas exige a manutenção de atendimento mínimo em serviços essenciais e comunicação prévia. O cumprimento dessas exigências e eventual abusividade do movimento podem ser avaliados pela Justiça.

Redução da maioria penal

Na Câmara de Piracicaba, o vereador Renan Paes defendeu a redução da maioria penal e mudanças nas regras sobre o trabalho de adolescentes. O parlamentar também criticou os serviços prestados pela Ambiental e pela CPFL, cobrando melhorias na coleta de lixo, no atendimento aos consumidores e nas condições para instalação de energia solar no município. Segundo ele, as empresas têm deixado a desejar e gerado prejuízos.

Divulgação



Dezoito condomínios residenciais foram beneficiados

Evitando desperdício de água

O Semaec concluiu a instalação de novos macromedidores em 18 grandes condomínios de Piracicaba para reduzir perdas e desperdícios de água. Com investimento de R\$ 921 mil, os equipamentos monitoram o volume consumido, facilitam a identificação de vazamentos e irregularidades e garantem maior controle sobre o abastecimento, incluindo o uso em áreas comuns como jardins e espaços de lazer. A iniciativa integra o Plano de Controle de Perdas d'Água e busca aumentar a eficiência e a transparência no sistema de distribuição do município.

Nova Santa Casa de Araraquara

O Estado anunciou a liberação de R\$ 12 milhões para concluir o novo prédio da Santa Casa de Araraquara, elevando para R\$ 42 milhões o investimento na ampliação da unidade. Com cerca de 60% das obras concluídas, o espaço terá 30 leitos de UTI, 64 leitos clínicos e cirúrgicos de alta complexidade e estrutura para atendimento oncológico, com entrega prevista para o próximo semestre.

Medicamentos

A vereadora Fabi Virgílio (PT) apresentou o requerimento pedindo informações sobre a compra e a prescrição de benzodiazepínicos, drogas Z e antidepressivos na rede municipal de Araraquara. O pedido pede dados sobre medicamentos como clonazepam e zolpidem, além de protocolos para acompanhamento dos pacientes.

Ainda na saúde

Outro requerimento apresentado na Câmara de Araraquara trata da saúde e segurança dos servidores municipais. De autoria da vereadora Filipa Brunelli, pede informações sobre a implementação da NR-1 no serviço público, incluindo gestão de riscos psicossociais, saúde mental, capacitações e canais de acolhimento.

Terceirização

O vereador André Bandeira questiona a terceirização de serviços pela Prefeitura de Piracicaba enquanto há concursos públicos vigentes. Em requerimento aprovado pela Câmara, ele pede informações sobre contratos, cargos ocupados por terceirizados e candidatos aprovados ainda não convocados.

Empreendimentos

A Prefeitura de Jundiá acatou uma recomendação do Ministério Público e suspendeu, por 180 dias, a aprovação de novos empreendimentos imobiliários na cidade. Segundo o Executivo, a medida permitirá avaliar a capacidade da infraestrutura urbana e garantir que o crescimento ocorra de forma planejada e sustentável.

Empreendimentos II

Durante o período de suspensão dos novos empreendimentos, a Prefeitura informou que abrirá diálogo com representantes da construção civil para discutir soluções que conciliem desenvolvimento econômico, planejamento urbano e qualidade de vida, conforme recomendação do Ministério Público.

Cremação Pet

Sorocaba abre, às 8h desta segunda (15), as inscrições para um Plano Preventivo de Cremação Pet gratuito, com validade de um ano. A iniciativa, realizada em parceria com a iniciativa privada, oferece atendimento veterinário online 24 horas, descontos em serviços e cremação coletiva com cerimônia de despedida.



Jovem morreu após salto de rope jump sem corda

Seis pessoas são detidas após morte em Limeira

Três suspeitos tiveram a prisão convertida em preventiva

Por Redação

Seis pessoas foram detidas em flagrante após a morte de uma jovem de 21 anos durante um salto de rope jump na Ponte do Esqueleto, em Limeira, no interior de São Paulo. Após passarem por audiência de custódia, três tiveram a prisão convertida em preventiva e seguem presas, enquanto as outras três responderão ao processo em liberdade. O caso aconteceu no sábado (13), quando a vítima foi lançada de uma altura de cerca de 40 metros sem estar presa à corda de segurança.

De acordo com a Polícia Militar, os seis suspeitos tentaram deixar o local quando as equipes chegaram para atender a ocorrência, mas foram detidos. A Polícia Civil investiga a participação de cada um deles e as circunstâncias que levaram ao acidente.

A vítima, identificada como Maria Eduarda Rodriguez, participava de uma atividade de rope jump quando foi lançada da ponte sem estar presa ao equipamento de segurança. Um vídeo gravado no momento do salto mostra que a corda aparece no chão e registra uma pessoa perguntando: "E a corda?". Segundos depois, ao perceber que a jovem havia sido lançada sem a proteção, quem faz a gravação grita alertando sobre o erro.

O Samu foi acionado, mas constatou a morte da jovem ainda no local. Segundo a investiga-

ção, o acidente ocorreu durante uma atividade promovida por uma empresa privada que não possuía autorização ou alvará da Prefeitura de Limeira para realizar saltos na região.

Em nota, a administração municipal afirmou que a responsabilidade pela fiscalização, manutenção e controle de acesso da Ponte do Esqueleto é do Governo Federal e anunciou que irá ingressar na Justiça contra a União por suposta omissão. A prefeitura informou ainda que vinha cobrando providências para aumentar a segurança no local e que colaborará com as investigações.

A Polícia Civil segue apurando as circunstâncias da morte e a responsabilidade dos organizadores da atividade, que poderão responder por homicídio. Os investigadores também analisam imagens gravadas no momento do salto e colhem depoimentos de testemunhas para esclarecer a dinâmica dos fatos.

O caso gerou grande repercussão nas redes sociais e reacendeu o debate sobre a segurança em atividades de aventura e a necessidade de fiscalização mais rigorosa. No rope jump, a conferência dos equipamentos e da fixação da corda deve seguir protocolos rígidos antes de qualquer salto, justamente para evitar falhas humanas com consequências fatais. A investigação também busca esclarecer se houve negligência na operação.

GRANDE CAMPINAS

pressfoto/Magnific



É o 53º mês consecutivo de alta no indicador

Região Metropolitana tem novo recorde de inadimplência

A RMC registrou novo recorde de inadimplência em abril, atingindo R\$ 10,807 bilhões em dívidas atrasadas. Trata-se do 53º mês consecutivo de alta no indicador, apresentando um aumento de 1,91% em relação ao mês de março, quando o montante era de R\$ 10,604 bilhões. Desde dezembro de 2021, época do último recuo verificado, o crescimento acumulado é de 127,04%. Corrigido pelo IPCA (inflação oficial), o avanço real no período é de 82,92%. Os principais causadores dos débitos são cartões de crédito, bancos e financeiras (47,2%), seguidos por contas básicas (20,9%) e serviços (11,6%). Diante do acesso facilitado a empréstimos e parcelamentos, especialistas reforçam a importância do controle de gastos.

Dívida por consumidor supera R\$ 8 mil

Conforme dados da Serasa, a dívida média de cada inadimplente na Região Metropolitana de Campinas chegou a R\$ 8.127,84. Esta quantia corresponde a cerca de cinco salários mínimos. Também é equivalente a quase quatro meses do rendimento médio mensal na região, que foi calculado em R\$ 2.084,94 pelo Censo de 2022 do IBGE. O cenário total aponta o 53º mês seguido de crescimento na inadimplência local.

Divulgação/Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste



Ordem de serviço será emitida hoje, segunda-feira

Sta. Bárbara anuncia reforma de parque

O prefeito de Santa Bárbara d'Oeste, Rafael Piovezan, anunciou a revitalização completa do tradicional Parque do Panambi (Centro de Recreação Infantil "Dona Antonieta Mauro Biondi"), com investimento de quase R\$ 1 milhão. As obras incluem o restauro dos icônicos robô e foguete, novos brinquedos, construção de banheiros e reforma da pista de caminhada. A ordem de serviço será emitida nesta segunda-feira (15). O prefeito destacou o valor afetivo do parque, inaugurado em 1979, que faz parte da história e da memória de gerações de barbarenses.

Local passará por interdições

A iniciativa visa melhorar a segurança e o conforto, alinhada às políticas de inclusão, saúde e lazer do município. Para a execução dos trabalhos, o espaço passará por interdições programadas. Inicialmente, apenas a área dos fundos (entre as ruas das Palmas e dos Girassóis) será fechada. Posteriormente, com o avanço das obras na pista de caminhada, o parque será totalmente interditado.

Circuito das Frutas

Na última semana, Atibaia sediou a reunião do Circuito das Frutas, reunindo prefeitos das dez cidades do consórcio, incluindo as da RMC: Indaiatuba, Itatiba, Valinhos e Vinhedo. No encontro, foram apresentados o relatório da Secretaria Executiva, o balanço financeiro até maio e ações para fortalecer a marca.

Futuros projetos

Também foi discutido o rateio para 2027, garantindo a verba dos projetos. O prefeito de Valinhos, Franklin, destacou que a união regional impulsiona o turismo e a economia. O circuito, que atrai visitantes pela produção agrícola e lazer rural, é uma das principais rotas de turismo do Estado de São Paulo.

Vacina da gripe

A Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste já aplicou 24,2 mil doses da vacina contra a gripe. A imunização contra os vírus A e B, que previne formas graves da doença, está disponível para a população acima de 6 meses em todas as UBSs, de segunda a sexta, sem agendamento, seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde.

Limpeza de córrego

Após vitória na quinta-feira (11), a Cetesb ordenou que a Goodyear refaça a limpeza do Córrego Bertini, em Americana, devido a novos resíduos de óleo. Em abril, uma falha na empresa poluiu a água. Embora a multinacional tenha agido após multa de R\$ 115 mil, o órgão estadual considerou o serviço inadequado e exige a remoção total.

Córrego II

Segundo as informações, a Goodyear terá que concluir a despoluição do Córrego Bertini. Rochas e trechos ainda concentram graxa, fato admitido pela própria empresa em relatório de maio. A Cetesb constatou que a primeira resposta à infração de abril, que gerou multa de R\$ 115,2 mil, foi insuficiente e vai notificar a fabricante.

Novas viaturas

A Defesa Civil de Engenheiro Coelho recebeu uma viatura 0km e equipamentos de combate a incêndios. A conquista veio por articulação de Wellington Martins (Ticão) com a deputada Delegada Graciela. O prefeito Pedro Franco e autoridades celebraram o reforço, que já está disponível para emergências.



Evento exalta o patrimônio local e engajamento do público

Holambra promove intercâmbio cultural

Semana 'Piet Schoenmaker' celebra as raízes holandesas

Da Redação

A Prefeitura de Holambra realizará, entre os dias 22 e 27 de junho, a Semana Cultural Piet Schoenmaker. Trata-se de uma iniciativa com foco na valorização das tradições da Holanda, na consolidação da identidade local e na oferta de ações de caráter artístico, educativo e cultural destinadas aos moradores e aos turistas. As atividades desenvolvidas ao longo de todo o período englobam uma mostra artística, o reconhecimento ao trabalho voluntário e um concerto musical, buscando celebrar a história e os valores que fundamentam o município.

Destaques

A abertura do evento ocorrerá na Biblioteca Municipal através da exposição denominada "Cores que Unem Brasil e Holanda". O espaço abrigará produções literárias de ambas as nações que abordam os hábitos e os percursos históricos divididos pelos dois países.

O público poderá conferir as peças criadas por estudantes das oficinas municipais de artes plásticas, que são coordenadas pelo docente Ever San Laurenzo. O cronograma também contempla a exibição da obra audiovisual "Doce Brasil Holandês", direcionada aos alunos das escolas municipais. O documentário detalha o impacto holandês na

constituição da cultura do Brasil, evidenciando as marcas deixadas na culinária, na arquitetura e no cotidiano que persistem na atualidade.

Outro ponto central do planejamento é o 3º Encontro do Voluntariado de Holambra, cujo propósito consiste em homenagear os habitantes que colaboram com o desenvolvimento comunitário por meio de práticas solidárias. Na mesma ocasião, haverá a inauguração do Pannel do Voluntariado, uma estrutura elaborada com a finalidade de motivar a inserção de novos colaboradores nessas causas sociais na cidade.

Intercâmbio cultural

O encerramento da festividade será marcado por uma exibição de intercâmbio cultural no Teatro Municipal, que receberá um concerto da Orquestra Juvenil do Colégio Providencia de Linares, vinda do Chile. A diretora de Turismo e Cultura, Alessandra Carati, salientou que o evento reafirma a necessidade de conservação das memórias da cidade, abrindo espaço para múltiplas expressões de arte.

Segundo as informações, o cronograma, feito junto à curadoria do Festival Cultural Piet Schoenmaker, exalta o patrimônio local, estimula o engajamento dos cidadãos e propicia vivências voltadas ao aprendizado e à integração, estreitando os laços da coletividade.

CORREIO DE CAMPINAS

POR
RAQUEL VALLI

Prefeitura de Campinas



Fábrica em Campinas também fabrica painéis

BYD lidera emplacamentos de ônibus elétricos no Brasil

A BYD conquistou o primeiro lugar em emplacamentos de ônibus elétricos no Brasil (a primeira unidade da montadora no Brasil fica em Campinas e foi instalada em 2015). A empresa liderou os emplacamentos de ônibus em maio, com 59 veículos e participação de 44,7% no mercado nacional cujo total foi de 132, segundo dados da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - entidade que representa as concessionárias brasileiras). “Os números de maio mostram que a eletrificação do transporte coletivo está entrando em uma nova fase”, afirma Marcello Schneider, diretor de Veículos Comerciais e Solar da BYD Brasil.

De aposta para realidade

“Durante muitos anos, o debate esteve concentrado na viabilidade da tecnologia. Hoje, passa por escala, infraestrutura e velocidade de implementação. Quando observamos o avanço dos emplacamentos e a ampliação das frotas em operação, percebemos que a eletromobilidade já faz parte do planejamento das cidades. Deixou de ser aposta para se tornar uma agenda concreta”, diz.

BYD



Articulados BC22 em cerimônia de entrega em SP

Frota no Brasil

A maior frota de ônibus elétricos no Brasil fica na capital paulista: são 1,3 mil unidades, o que representa 80% da quantidade total desse tipo de veículo no país. De janeiro a maio deste ano, o território nacional emplacou 311 novos chassis, um crescimento da ordem de 12,3%, comparando-se com o mesmo período do ano passado. Além da redução das emissões de gases de efeito estufa, a tecnologia contribui para diminuir a poluição sonora.

Sustentabilidade

“O que está em jogo não é apenas a substituição de veículos. Estamos falando de uma transformação que impacta qualidade do ar, eficiência operacional, planejamento urbano e a experiência de milhões de pessoas que dependem diariamente do transporte público”, acrescenta Schneider.

PINGA-FOGO

Transparência

A transparência ganha um novo capítulo em Campinas com a iniciativa do vereador Higor Diego (Republicanos-SP). O parlamentar protocolou um projeto de lei na Câmara Municipal que obriga a disponibilização de QR Code nas placas informativas de obras públicas, dando acesso às informações oficiais relativas às construções.

Informações

Prevê a divulgação dos seguintes dados: objeto da obra, local de execução, órgão responsável, nº do processo administrativo, empresa contratada (quando houver), valor total contratado, fonte dos recursos, data de início, prazo de execução, percentual de conclusão, aditivos contratuais e canais oficiais para acompanhamento/ fiscalização social.

Sem custos adicionais

A proposta se destaca pela viabilidade e inteligência fiscal, pois melhora a transparência sem gerar ônus aos cofres públicos. A medida, inclusive, parte de uma solução já adotada em outros municípios brasileiros e é compatível com os princípios da publicidade, da eficiência e da transparência que regem a Administração Pública.

Ágil e acessível

E, em vez de exigir estrutura complexa, aproveita ferramentas digitais simples, de baixo custo e alto alcance. Isso porque o uso da tecnologia otimiza o acesso aos dados públicos de forma imediata, eliminando todo e qualquer tipo de burocracia e deslocamento. Dessa forma, converte dados em conhecimento acessível a toda a população de Campinas.

Simplificando

“A proposta não cria estrutura administrativa complexa, mas induz o uso mais eficiente das ferramentas digitais de transparência já existentes”, afirma o parlamentar. E é disso que Campinas precisa: manter o simples e parar de complicar a vida do cidadão, em todos os aspectos.

Controle social

O acesso rápido aos dados fomenta inclusive a participação da sociedade na fiscalização dos investimentos locais, evocando um modelo de gestão que presta contas e permite que o cidadão atue de forma direta na vigilância dos recursos que são aplicados no município.



Projeto da LDO de 2027 foi debatido na Casa no último dia 10

Câmara vota LDO de 2027 nesta segunda-feira

Prefeitura prevê R\$11,2 bi, sendo R\$ 9,5 para administração direta

Por Raquel Valli

A Câmara Municipal vota nesta segunda-feira (15) o projeto que define a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027, prevendo um orçamento de R\$ 11,2 bilhões para o próximo ano. A LDO funciona como um “guia de regras” para o planejamento financeiro da cidade e serve para orientar a criação da Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o orçamento detalhado de fato.

O que é

A LDO é feita pela prefeitura e define as prioridades do governo municipal, regras para arrecadar receitas, pagar despesas, transferir verbas, administrar a dívida pública e aplicar as emendas dos vereadores - tudo alinhado ao Programa de Metas 2025-2028 da cidade.

Destinação dos recursos

Pelo montante global estimado, a administração direta deve absorver a maior fatia, totalizando R\$ 9,5 bilhões, enquanto a administração indireta, que engloba autarquias, fundações e empresas públicas, ficará com R\$ 1,7 bilhão. Entre as áreas prioritárias, que concentram os maiores investimentos obrigatórios e operacionais, a saúde lidera as destinações com uma reserva de R\$ 2,7 bilhões, seguida pela edu-

cação, com um aporte de R\$ 2,2 bilhões. O Instituto de Previdência Social do Município de Campinas (Camprev) também figura entre as principais alocações, com uma estimativa de R\$ 1,1 bilhão. Outro ponto relevante é a destinação de R\$ 154,6 milhões para reserva de contingência, voltada a contingentes fiscais imprevistos.

As metas municipais para 2027 incluem obras contra enchentes. Duas bacias de retenção ocorrem no Jardim Parapanema e no Botafogo. Uma terceira estrutura será licitada na Avenida José de Souza Campos (popularmente conhecida como Norte-Sul). As intervenções integram a etapa inicial do plano de macrodrenagem da área central, orçado em R\$ 511 milhões, com expectativa de diminuir em 90% as cheias nos córregos Proença e Serafim. O reservatório do Parapanema atingiu 60% de execução, mas o prazo final mudou deste mês para junho de 2027.

Os serviços na Praça da Ópera focam em poços e túneis, com entrega postergada de junho de 2027 para março de 2028. “O projeto que apresentamos estabelece como prioridades investimentos em infraestrutura urbana, ações de combate a enchentes, educação, saúde, mobilidade e segurança pública”, afirma o diretor João Carlos Ribeiro, de contabilidade e orçamento da prefeitura.

Paralisação na Unicamp foi vitoriosa, avaliam estudantes

Professores e alunos encerraram a greve; servidores mantêm paralisação

Antonio Scarpinetti/Unicamp

Por Moara Semeghini

Com o fim da greve que mobilizou a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) por cerca de 25 dias, os estudantes avaliam o movimento como amplamente vitorioso. Em nota, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unicamp destacou que a forte mobilização foi o motor que forçou a reabertura das mesas de negociação com a reitoria, resultando em mais de 30 conquistas consideradas fundamentais para o corpo discente. “Tivemos uma greve extremamente vitoriosa, que graças a mobilização dos estudantes conseguiu reabrir a mesa de negociação e conquistar pautas muito fundamentais para nosso corpo estudantil”, diz a nota. A decisão de encerrar a paralisação ocorreu na última quinta-feira (11), após assembleias gerais que consideraram que a maior parte das reivindicações foi atendida. Entre os principais avanços obtidos pelos estudantes estão:

Garantia de moradia estudantil para o campus de Limeira e transporte intercamp para Piracicaba; expansão dos serviços de acolhimento à violência sexual, combate ao racismo e atendimento psicológico e psiquiátrico; abertura do restaurante universitário



Unicamp amplia compromissos e busca fim de paralisação

tário (bandejão) aos domingos; início das obras do Paviartes (20 de junho) e criação de Grupos de Trabalho (GTs) para resolver o abandono das obras do teatro laboratório e implementar a extensão comunitária.

A expectativa agora é que a decisão seja ratificada em assembleias locais para que ocorra a desocupação do prédio da Diretoria Geral de Administração, ocupado desde o dia 8 de junho.

Do outro lado da mesa, a Reitoria também celebrou o encerra-

mento das paralisações de alunos e docentes. O reitor da Unicamp, Paulo Cesar Montagner, minimizou os atritos e classificou o movimento como parte legítima da vida universitária. “Acho que isso faz parte da vida universitária, onde é natural que as pessoas se manifestem e defendam seus pontos de vista”, afirmou o reitor, ponderando que as restrições orçamentárias impedem o atendimento de 100% das pautas, mas que o movimento “traz luz para que possamos avançar”.

O encerramento da greve dos professores também foi selado na quinta-feira (11), após a aprovação da nova proposta de reajuste salarial de 3,92% definida pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) e o Fórum dos Seis.

Roberto Donato, diretor-executivo de Sustentabilidade da Unicamp e representante da Reitoria nas negociações, revelou que foram feitas seis reuniões em menos de um mês.

Sindicato

Apesar do recuo de professores e estudantes, as engrenagens da Unicamp ainda não voltaram totalmente à normalidade. Os trabalhadores representados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), decidiram manter a greve.

Na última sexta-feira, o sindicato teve uma primeira reunião de abertura de diálogo com representantes da reitoria (chefe de gabinete e equipe). Uma agenda oficial de negociações deve ser aberta nesta semana para discutir a pauta específica da categoria, entregue em maio, que prioriza o reajuste salarial e de benefícios.

Uma das principais frentes de embate será a questão financeira imediata dos grevistas. O STU denuncia que a reitoria orientou o corte de ponto eletrônico e de salários dos trabalhadores paralisados, medida que o sindicato classifica como punitiva. “Entendemos que isso é uma punição para os trabalhadores estarem na greve, uma forma de pressionar para que saiam do movimento”, afirmou a representação do STU. Os estudantes também manifestaram apoio aos funcionários, posicionando-se contra qualquer retaliação por parte da reitoria.

Com informações do Portal Unicamp unicamp.br

Arena do Torcedor reúne 7 mil pessoas

Manoel de Brito/Prefeitura de Campinas

Da Redação

A Arena do Torcedor, montada na Praça Arautos da Paz, reuniu mais de 7 mil pessoas neste sábado (13) para acompanhar, em um telão de 12 metros por 7 metros, o empate em 1 a 1 entre a Seleção Brasileira e Marrocos.

Famílias, crianças, idosos e grupos de amigos começaram a ocupar o gramado da praça ainda durante o aquecimento das equipes, por volta das 16h, transformando o espaço em um ponto de encontro marcado pela convivência e pela torcida. Antes da partida, a Banda Campineira animou o público até o apito inicial.

Em campo, o Brasil saiu atrás no placar e encontrou dificuldades para reagir. Mas o gol de empate de Vini Júnior incendiou a torcida. Bandeiras foram erguidas, abraços uniram desconhecidos e crianças comemoraram ao lado dos familiares em um clima de festa e celebração coletiva. O prefeito Dário Saadi participou

do evento e assistiu à partida no meio da torcida.

“O sucesso dessa iniciativa, na estreia do Brasil na Copa, mostra que acertamos ao oferecer essa importante opção de lazer, dentro de uma estrutura segura e preparada para receber a população durante todos os jogos do Brasil”, destacou o prefeito.

Torcida

Entre a multidão, um grupo de quatro amigas chamava a atenção pela animação e adereços temáticos. Elas explicaram que trocaram o tradicional churrasco em casa pela experiência da Arena para sentir a energia do torneio mais de perto.

“Assistir ao jogo em casa não chega nem perto dessa energia. Nós viemos para viver o clima da Copa junto de outras pessoas, e a experiência superou tudo. O telão impressiona pela qualidade e a estrutura está impecável, muito organizada e segura”, elogiou a professora Patrícia Abreu, de

Santo André. Ela estava acompanhada pelas amigas Graciele, Helen e Caroline.

Estrutura

Toda a área da Arautos da Paz foi planejada para o conforto do público. A estrutura no local contou com praça de alimentação e diversas opções de food trucks e pontos estratégicos com banheiros. Equipes de apoio e segurança distribuídas por todo o perímetro garantiram a tranquilidade dos presentes.

Próximos passos

A Arena do Torcedor, localizada na Praça Arautos da Paz, no bairro Taquaral, terá uma programação cultural com exibição de filmes e gastronomia durante a semana. Na próxima sexta-feira, 19 de junho, o espaço deve receber novamente um grande público quando a Seleção Brasileira enfrentará o Haiti, às 21h30 pela segunda rodada da fase de grupos da Copa.



Torcedores na Arena durante a estreia do Brasil na Copa

CORREIO NO MUNDO

TheNews2/Folhapress



União Europeia trabalha para integrar a Ucrânia

UE avança nas conversas para ingresso da Ucrânia

Os embaixadores dos 27 países da União Europeia concordaram na sexta (12) em avançar com as conversas sobre adesão com a Ucrânia e a Moldavia. O início da primeira fase das negociações deve ocorrer nesta segunda-feira (15). Mesmo enquanto a Ucrânia continua a lutar contra a invasão russa, o presidente Volodimir Zelenski fez da adesão ao bloco um objetivo estratégico fundamental para integrar o seu país na corrente política dominante da Europa. Os líderes da UE concordaram em iniciar as negociações de adesão com a Ucrânia e a Moldavia em dezembro de 2023, mas não puderam começar efetivamente devido à oposição do governo húngaro anterior, de Viktor Orbán, à candidatura de Kiev.

Reformar as leis

No entanto, um novo governo em Budapeste chegou a um acordo com Kiev sobre os direitos da minoria húngara na Ucrânia, abrindo caminho para que a Hungria suspendesse o bloqueio à primeira fase das negociações de adesão. Em reunião em Bruxelas, os embaixadores concordaram que tanto a Ucrânia quanto a Moldavia podem iniciar negociações sobre o primeiro conjunto de áreas políticas que precisam reformar suas leis para atender aos padrões do bloco.

European Parliament, CC BY 2.0, WC



Von der Leyen emitiu comunicado conjunto

Declaração conjunta

No processo de adesão, os países candidatos negociam "capítulos" de políticas em seis conjuntos temáticos, abrangendo áreas como direitos fundamentais, mercado interno e relações externas. "Hoje, a União Europeia deu um grande passo à frente", afirmaram o presidente do Conselho Europeu, Antonio Costa, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em uma declaração conjunta. "Na primeira Conferência Intergovernamental, na segunda-feira, daremos início ao bloco dedicado aos fundamentos, a espinha dorsal do processo de adesão", afirmaram.

Oferta de paz

As negociações de adesão ao bloco costumam ser demoradas e envolvem anos de trabalho. Costa e von der Leyen afirmaram que a decisão é "um reconhecimento da determinação, coragem e trabalho árduo demonstrados por ambos os países na promoção de reformas, mesmo diante de imensos desafios". "É um sinal de que a oferta de paz, estabilidade e oportunidades da União Europeia é inigualável", completou.

Papa Leão 14

O Papa Leão 14 apelou aos líderes mundiais para que tratem os migrantes com mais humanidade, alertando, durante uma visita às Ilhas Canárias, na Espanha —um dos principais pontos de migração da Europa—, que a história condenaria aqueles que permitissem que pessoas fugindo da guerra ou da pobreza sofressem.

Contar os mortos

No que chamou de "apelo à consciência" dos políticos da Europa e da comunidade internacional, o primeiro papa americano afirmou que "a dignidade humana não tem passaporte e não perde seu valor ao cruzar uma fronteira". "Não podemos nos acostumar a contar os mortos", disse o papa no porto de Arguineguín.

Cais da Vergonha

O local foi apelidado de Cais da Vergonha por organizações humanitárias depois que cerca de mil migrantes ficaram retidos em condições precárias no local nos primeiros meses da pandemia do coronavírus. O papa está visitando o arquipélago ao largo da costa ocidental da África, como ponto central de uma viagem pela Espanha.

Indiferença

"Que a história não nos acuse de transformar a dor daqueles que sofrem em uma visão comum ao longo de nossas costas", exortou ele às milhares de pessoas reunidas perto de um memorial aos migrantes perdidos no mar. "Mais cedo ou mais tarde, sabemos se protegemos a vida ou se cedemos à indiferença", disse o Papa Leão 14.

Imigrantes

O papa reafirmou seu apoio aos migrantes, dizendo que "todos nós somos migrantes", e os exortou a fazerem sua parte para se integrarem. Chamando a integração de "jornada recíproca", ele incentivou os recém-chegados a aprenderem a língua do país anfitrião, "a respeitar suas leis, a conhecer seus costumes, a participar".

Arrependimento

O líder dos católicos encerra sua viagem com um apelo por mais ajuda aos migrantes e por medidas contra os traficantes, em um momento em que a imigração continua sendo um tema polêmico no debate político. Ele instou "aqueles que organizam rotas da morte e traficam seres humanos" a "pararem e se arrependerem".



Acordo anunciado por Trump prevê cessar-fogo imediato

Estados Unidos e Irã anunciam acordo de paz

Anúncio foi feito por Donald Trump e pelo premiê do Paquistão

Da Redação

Os governos dos Estados Unidos e do Irã anunciaram no domingo (14) um acordo para encerrar o conflito que já durava quase 4 meses. A informação foi confirmada pelo presidente norte-americano, Donald Trump, e pelo primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, além de ter sido repercutida pela imprensa estatal iraniana.

Em publicação na rede social X, Sharif informou que as partes concordaram com o encerramento imediato e permanente das operações militares em todas as frentes do conflito, incluindo o Líbano. Segundo o premiê paquistanês, a assinatura oficial do tratado está prevista para ocorrer no próximo dia 19 de junho, na Suíça.

Donald Trump também anunciou a conclusão do acordo em mensagem publicada na Truth Social. O presidente afirmou que o entendimento com a República Islâmica do Irã havia sido concluído e celebrou o desfecho das negociações.

Em sua publicação, Trump ainda declarou a liberação da navegação no Estreito de Ormuz, uma das principais rotas marítimas do mundo para o transporte de petróleo. O presidente norte-americano afirmou que o bloqueio naval dos Estados Unidos será removido e defendeu a retomada do fluxo global de combustíveis.

A agência estatal iraniana IRNA reproduziu as declarações de Trump e de Sharif, confirmando o anúncio

do acordo. Já o vice-ministro das Relações Exteriores do Irã, Kazem Gharibabadi, declarou à TV estatal iraniana que o cessar-fogo começará a valer ainda neste domingo.

Segundo Gharibabadi, as negociações para um acordo definitivo deverão durar 60 dias e incluir temas como a suspensão de sanções contra o Irã, mecanismos de reconstrução do país e formas de monitorar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos dois lados. O representante iraniano também afirmou que Teerã responderá caso haja violações ao entendimento.

Embora o conteúdo oficial do acordo ainda não tenha sido divulgado integralmente, veículos de imprensa dos Estados Unidos e do Irã publicaram pontos atribuídos a fontes governamentais. Entre eles estão um cessar-fogo de 60 dias em todas as frentes, a reabertura do Estreito de Ormuz, a flexibilização gradual das sanções ao Irã e o compromisso iraniano de não desenvolver armas nucleares.

Por outro lado, há divergências sobre temas centrais do acordo. Enquanto fontes americanas indicam o desmantelamento do programa nuclear iraniano, a imprensa estatal do Irã sustenta que o país não abrirá mão do enriquecimento de urânio nem do controle estratégico sobre o Estreito de Ormuz.

Caso seja formalizado nos próximos dias, o acordo poderá representar um dos principais movimentos diplomáticos recentes no Oriente Médio.

CORREIO ESPORTIVO

POR
PEDRO SOBREIRO

Divulgação/ CBF



Sandro é o novo presidente da Comissão de Arbitragem

Sandro Meira Ricci apresentado na Comissão de Arbitragem

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) apresentou o novo presidente da Comissão de Arbitragem da entidade. Sandro Meira Ricci assume com a missão de dar segmento ao trabalho feito na gestão Samir Xaud, com grandes investimentos e visibilidade mundial da arbitragem brasileira, feito reconhecido pela FIFA nesta Copa do Mundo com nove profissionais brasileiros trabalhando no Mundial. Em reunião online, já que reside nos Estados Unidos e acompanha a Copa do Mundo, Sandro Meira Ricci foi apresentado aos árbitros do quadro CBF PRO e também aos instrutores que formam a equipe da Comissão. Animado com a nova missão na carreira, Sandro quer foco e trabalho dos árbitros.

Árbitros terão imersão internacional.

“Tive minha primeira reunião com o grupo de árbitros PRO e com todo o staff da arbitragem. Foi uma boa oportunidade para expressar minha gratidão a CBF pela confiança e minha disposição de trabalhar em sintonia com a Diretoria para os árbitros, que são as pessoas mais importantes da nossa estrutura de arbitragem”, disse.

Na reunião foi anunciado que os 20 árbitros centrais da categoria PRO CBF passarão por imersão internacional.

CBF Academy



Aula sobre arbitragem das Licenças A e PRO por Sandro

Trabalhos na Cidade do Futebol

O trabalho com os profissionais será realizado na Cidade do Futebol, sede da Federação Portuguesa de Futebol, em Lisboa. Nesta imersão, os profissionais de arbitragem farão trabalhos físicos, técnicos e também com a parte cognitiva, sob avaliação e acompanhamento dos instrutores brasileiros, portugueses e da FIFA. Será a primeira vez que este tipo de trabalho será realizado pela Confederação Brasileira de Futebol. “Apresentamos o novo presidente da Comissão. É importante já iniciar o trabalho visando os próximos meses, principalmente pensando no curto prazo”, disse.

Ações efetivas em prática

“Vamos organizar a Comissão e não deixar de lado as competições em andamento. Na apresentação, destacamos algumas ações claras de aproximação de critério, treinamento técnico e ações efetivas que serão divulgados nos próximos dias para a otimização dos árbitros”, completou Netto Góes, Diretor de Arbitragem da CBF, que presidiu a reunião.

Saúde mental

A Copa do Mundo possui um significado que transcende o esporte. Para muitos brasileiros, ela representa identidade nacional, pertencimento coletivo e memória afetiva. Historicamente, o futebol funciona como um elemento de integração social, com milhões de pessoas compartilhando expectativas e emoções.

Reações negativas

Embora essa energia coletiva seja positiva e fortaleça o senso de pertencimento, também costuma desencadear reações negativas quando não há equilíbrio emocional, como picos de estresse, ansiedade, aumento da pressão arterial, risco de problemas cardíacos, brigas, consumo exagerado de álcool e acidentes.

Autorregulação

Segundo Márcia Karine Monteiro, psicóloga e coordenadora do curso de Psicologia da UNINASSAU Recife, campus Graças, é importante preservar a capacidade de autorregulação. “O autocontrole faz a diferença quando a euforia é potencializada e pode sair do controle. O torcedor vibra, comemora, sofre com o resultado”, disse.

Descontrole

“Mas também consegue manter o senso crítico, respeitar outras pessoas e retomar atividades cotidianas sem prejuízos significativos, isso caracteriza o controle emocional. Ensinar as crianças também é algo enriquecedor”, completa. Ela explica que o descontrole emocional ocorre quando a emoção ultrapassa a capacidade de gerenciamento psicológico.

Atenção

“Nesse cenário, observa-se impulsividade, perda da capacidade de reflexão, explosões de raiva, crises de ansiedade, alterações de humor e dificuldade de tolerar frustrações. O resultado do jogo passa a determinar de forma desproporcional o estado emocional da pessoa, afetando suas relações familiares, profissionais e sociais”.

Sintomas

Existem indicadores que podem sinalizar uma sobrecarga emocional durante eventos esportivos. Eles são: irritabilidade antes, durante ou após os jogos; alterações no sono; ansiedade intensa em dias antes das partidas; taquicardia, sudorese excessiva e sensação de falta de ar; e dificuldade de concentração em atividades rotineiras.



Brasil e Marrocos empataram em 1 a 1 na estreia

Copa: Fair play pode definir grupo do Brasil

Seleção fica em terceiro na chave pelos cartões amarelos

Por Marcelo Perillier

O que era de se esperar aconteceu na primeira rodada do grupo do Brasil na Copa do Mundo 2026. Em um jogo equilibrado, a Seleção empatou com Marrocos em 1 a 1. No outro duelo da chave, Escócia venceu o Haiti pelo placar magro de 1 a 0. O time europeu está na primeira posição, com 3 pontos. Brasil e Marrocos com 1 e a nação caribenha com 0.

Porém, quem acha que a Canarinho está em segundo, ledor engano. Mais do que o saldo de gols, o fair play pode definir as colocações do grupo. Com dois cartões amarelos, a Seleção está atrás da equipe africana. Assim, mais do que o saldo — Haiti deve ser o saco de pancadas do grupo, e a Escócia perdeu uma boa oportunidade —, as faltas podem ser cruciais no desempate.

Diferentemente de outras edições, o sorteio está de fora dos critérios de desempate. A última opção para definir a ordem dos grupos está no ranking da FIFA. Nisso, o Brasil está na frente de todos da chave. Mesmo assim, não se pode dar ao luxo de ter sorte ao azar, até porque o ranking será atualizada durante o torneio e a Seleção está em sexto, com Marrocos em sétimo.

Por isso, Carlo Ancelotti deve dar uma dura nos seus co-

mandados, para, além de vencer Haiti — com um carrossel de gols — e da Escócia — de preferência sem ser vazado —, deve ficar de olho na disciplina em campo, para não ter ninguém amarelado, nem mesmo avermelhado.

Primeiros critérios de desempate

Maior número de pontos obtidos nos jogos.

Equipe com o maior saldo de gols nos confrontos diretos.

Maior número de gols marcados nos jogos.

Segundos critérios de desempate

Melhor saldo de gols em todos os jogos.

Maior número de gols em todos os jogos.

Pontuação de fair play, envolvendo jogadores e comissão técnica, levando em conta o número de cartões amarelos e vermelhos recebidos.

Terceiro critério de desempate

Ranking da Fifa: o melhor colocado fica com a vaga.

Segunda rodada

O Brasil enfrenta o Haiti na sexta-feira (19), às 21h30, de Brasília, na Filadélfia.

Escócia e Marrocos duelam no mesmo dia, mas às 19h, de Brasília, em Boston.

EXCLUSIVO / ENTREVISTA COM FERNANDO HADDAD

Longe dos gabinetes, Haddad analisa os gargalos na segurança pública e o futuro das universidades

Por Moara Semeghini

Longe da sobriedade e das articulações tensas de Brasília, e do ritmo frenético da capital paulista, um condomínio fechado em Campinas foi o cenário de um encontro político exclusivo neste fim de semana. O ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao governo do Estado de São Paulo, Fernando Haddad (PT), veio à cidade acompanhado da esposa, Ana Estela Haddad (cirurgiã-dentista, professora universitária da USP e atual secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde), para acompanhar a estreia do Brasil na Copa do Mundo na casa de amigos, em clima de festa junina.

Foi no intervalo da partida, com o ambiente ainda animado pelo golo de fora da área de Vini Junior, que empatou o jogo aos 31 minutos, que a reportagem do **Correio da Manhã** aproximou-se para uma entrevista exclusiva. Em meio ao momento de lazer e descontração do casal, longe da rigidez dos debates formais e cercados por amigos, o ruído das celebrações ao fundo ficou em segundo plano e o ambiente abriu espaço para reflexões sobre os rumos do Estado e do País.

Na pauta, Haddad destrinchou temas complexos e cruciais para o eleitorado paulista, como os gargalos da segurança pública e o impacto local da Reforma Tributária — especificamente a extinção gradual do ICMS até 2033, medida que põe fim ao tradicional repasse automático de 9,57% da quota-parte do imposto que financia as universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp).

CORREIO DA MANHÃ — A Reforma Tributária é vista como um marco histórico de sua gestão na Fazenda (após três décadas de discussões no Congresso) e que implementou, por exemplo, a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais. Mas o fim do ICMS gerou forte apreensão na comunidade acadêmica. Professores e reitores temem que a extinção do imposto acabe com o repasse automático que garante a autonomia de USP, Unicamp e Unesp. Como o senhor responde a esse receio?

FERNANDO HADDAD — Isso é um contrassenso. Na verdade, a alternativa será vin-

Em entrevista exclusiva ao **Correio da Manhã** em Campinas, pré-candidato ao governo de SP propõe blindagem financeira para universidades paulistas e critica a condução da segurança pública no Estado



Fernando Frazão/Agência Brasil

O ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao governo do estado, Fernando Haddad (PT-SP)

“Essa política de abordagem (da PM) que nos Jardins é de um jeito, e com o pobre e negro é de outro, aumenta a violência.

Fernando Haddad

cular os recursos a um novo imposto ou, o que considero uma saída ainda melhor, vincular diretamente à receita tributária líquida.

CORREIO DA MANHÃ — Mas de quem seria a responsabilidade por estabelecer essa nova vinculação?

FERNANDO HADDAD — Hoje, isso é feito por decreto e consta anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quem faz essa crítica, na verdade, não confia no atual governador e, nesse ponto, faz sentido não confiar, pois há precedentes dele reduzindo a vinculação de verbas para a educação [de 30%

para 25%]. Ele chegou a mudar as Constituições Federal e Estadual para isso.

Porém, não há nenhum impedimento técnico para que se faça um novo decreto vinculando o financiamento ao novo tributo ou à receita líquida. Aliás, a receita líquida protege muito mais as universidades. O ICMS perdeu o peso que tinha anos atrás e o atual governador promoveu mais renúncia fiscal de ICMS do que os anteriores, o que acabou prejudicando indiretamente o repasse. Eu sou favorável, inclusive, a constitucionalizar a nova regra para evitar que as universidades fiquem sempre reféns de um governo de extrema-direita...

CORREIO DA MANHÃ — ...ou de uma Assembleia Legislativa hostil...

FERNANDO HADDAD — ...que queira prejudicar a universidade.

CORREIO DA MANHÃ — Recentemente, cobri um caso em que a polícia agrediu violentamente um morador de rua que estava imobilizado e não havia feito nada. Episódios como esse jogam luz sobre o aumento da violência policial no Estado. Como o senhor avalia a atual gestão da segurança pública em São Paulo?

FERNANDO HADDAD — Isso é reflexo de um governo

de extrema-direita, que tem o diagnóstico errado sobre como garantir a segurança pública. Esse tipo de atitude só piora a sensação de segurança. Ao invés de melhorar, piora. Então você tem que, sim, combater o crime, de preferência pelo andar de cima, para asfixiar financeiramente a estrutura criminosa. Além disso, você tem que ter uma outra política de abordagem. Essa política de abordagem que nos Jardins é de um jeito, e em relação ao pobre, ao negro, ao periférico é de outro jeito, só contribui para aumentar a violência na sociedade, a intolerância.

CORREIO DA MANHÃ — Em 2025, no Rio de Janeiro, houve a operação policial mais letal do país, com 122 mortos, cinco deles policiais, sob o pretexto de combater o Comando Vermelho. Mas o Comando Vermelho hoje está lá do mesmo jeito que estava.

FERNANDO HADDAD — E veio para São Paulo. O Comando Vermelho já está em São Paulo.

CORREIO DA MANHÃ — Qual seria a solução efetiva para conter a ocupação territorial por essas facções?

FERNANDO HADDAD — Em primeiro lugar, o Estado de São Paulo não poderia ter feito o que fez na gestão Tarcísio que é ter uma postura ideológica em relação às iniciativas do governo federal que queria chamar para si a responsabilidade do combate ao crime organizado e à segurança pública.

É um erro grave confundir política de governo [ações temporárias ligadas à ideologia do grupo que está no poder] com o que é política de Estado [refere-se a diretrizes de longo prazo, de interesse nacional, que continuam valendo independentemente de quem esteja governando]. Segurança pública tem que ser uma política de Estado, tem que ser construída cooperativamente. O secretário [Guilherme] Derite foi enviado ao plano federal justamente para atrapalhar a tramitação tanto da lei antifacção quanto, depois, da PEC da Segurança Pública. Essa PEC era e continua sendo fundamental para termos um novo tipo de governança, onde a cooperação entre Estado e União seja a regra, e não a exceção.

Por Rafael Lima e Marcelo Perillier

Neste 15 de junho de 2026, o Correio da Manhã celebra 125 anos de história. Poucos jornais brasileiros podem dizer que atravessaram mais de um século de transformações políticas, econômicas e sociais, mantendo vivo o compromisso com a informação e a defesa do interesse público.

Fundado em 15 de junho de 1901, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Edmundo Bittencourt, o Correio da Manhã nasceu em um Brasil ainda nos primeiros anos da República. Desde a sua criação, o jornal escolheu um caminho que o diferenciaria de muitos de seus contemporâneos: a independência editorial. Em seu primeiro editorial, deixou claro que não estaria vinculado a partidos políticos e que teria como missão servir à sociedade.

Ao longo do século XX, o Correio da Manhã transformou-se em um dos mais importantes jornais do país. Suas páginas registraram momentos decisivos da história brasileira, acompanharam mudanças de governo, revelaram bastidores do poder e ajudaram a formar gerações de leitores e jornalistas. Mais do que um veículo de comunicação, tornou-se uma instituição da imprensa nacional.

Grandes nomes do jornalismo e da literatura passaram por sua redação. O jornal construiu uma reputação baseada na qualidade da informação, na pluralidade de ideias e na coragem editorial. Em diferentes períodos, posicionou-se em defesa da democracia e da liberdade de expressão, consolidando seu lugar entre os mais influentes do Brasil.

Um dos capítulos mais marcantes de sua trajetória ocorreu durante o regime militar. Após inicialmente apoiar a mudança política de 1964, o jornal passou a criticar excessos e denunciar violações de direitos e liberdades. A postura teve consequências severas. O Correio enfrentou perseguições políticas e dificuldades financeiras, com até a saída da família Bittencourt do comando do jornal, que passou a ter na batuta a família Alencar, que de 1969 a 1974, tentou manter o veículo em circulação, até fechar definitivamente.

Niomar Bittencourt

Nesse período, uma mulher tornou-se símbolo da resistência do jornal: Dona Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Após a morte de Paulo Bittencourt, em 1963, ela assumiu o comando do Correio da Manhã em uma época em que poucas mulheres ocupavam posições de liderança na imprensa. Com firmeza e independência, conduziu o jornal em um dos momentos mais delicados da história brasileira.

Sob sua direção, o Correio da Manhã passou a denunciar abusos do regime militar e a defender as liberdades democráticas, mesmo diante de fortes pressões políticas e econômicas. Niomar foi presa em 1969, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5 e tornou-se um símbolo da defesa da liberdade de expressão no país. Sua coragem ajudou a consolidar o legado do jornal como uma voz independente da sociedade brasileira.

Retomada

Em 2019, exatos 50 anos após o fim da circulação do jornal sob o comando da família Bittencourt, o jornalista e publisher Claudio Magnavita adquiriu os direitos da marca e liderou seu renascimento, em setembro daquele ano.

O relançamento não representou apenas a retomada de uma publicação. Foi também a recuperação de um patrimônio histórico da imprensa nacional. Mantendo a numeração original das edições e preservando o legado

125 anos e muitos registros históricos



11 de setembro de 1969, último jornal sob o comando da família Bittencourt



4 de novembro de 1930, posse de Getúlio Vargas como presidente interino do Brasil



13 de setembro de 2019, primeiro jornal sob o comando de Cláudio Magnavita



9 de maio de 2025, cardeal Robert Prevost é anunciado como o novo papa da Igreja Católica: Leão XIV

Correio da Manhã se mantém como um dos principais veículos do país com atuação no Rio, São Paulo e Brasília

construído desde 1901, o novo Correio buscou unir tradição e inovação em um cenário profundamente transformado pela era digital.

Sob a liderança de Claudio Magnavita, o jornal expandiu sua presença editorial, fortalecendo sua atuação não apenas no estado do Rio de Janeiro, mas também em Brasília, recuperando o estigma de ser o primeiro jornal do Distrito Federal. Ano passado, expandiu suas operações em para o estado de São Paulo, com edições na capital e em Campinas.

Em um momento de grandes desafios para a comunicação, o Correio reafirmou valores que marcaram sua trajetória: independência, credibilidade e compromisso com o jornalismo profissional e direito.

Assim, celebrar os 125 anos de história é celebrar também a própria história da imprensa brasileira. Em suas páginas passaram presidentes da República, crises políticas, transformações sociais, avanços tecnológicos e acontecimentos que ajudaram a moldar o debate político-social nacional.

Ao longo de mais de um século, o jornal testemunhou o nascimento e a consolidação da República, acompanhou períodos de prosperidade e crise e atravessou profundas mudanças na forma de produzir e consumir informação. Em cada fase, soube se adaptar sem abrir mão de sua identidade.

Em tempos de desafios para o jornalismo impresso, com demanda acelerada de informações pela internet, o Correio da Manhã reforça a importância da imprensa como instrumento da democracia. Seus 125 anos representam não apenas a longevidade de uma marca histórica, mas a permanência de valores fundamentais para a sociedade.

Ao completar 125 anos, o Correio da Manhã olha para seu passado com orgulho e para o futuro com confiança, com a nossa expansão também nos meios digitais. Afinal, mais do que registrar a história do Brasil, o jornal ajudou a escrevê-la. E continua escrevendo. Quer saber primeiro? Leia o Correio da Manhã!